Jornal Anasps

Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

ANO 27 - Nº 121

CLUBE ANASPS

Do online para suas mãos: compre com os descontos do Clube Anasps

PÁG. 26

SERVIDOR

Anasps pelos olhos dos servidores
Servidor público, trabalho e Anasps: uma combinação mais que perfeita

PÁG. 14

PLANO ODONTOLÓGICO

Conquiste a segurança de ter um sorriso no rosto com o Plano Odontológico Hapvida/ Anasps

Gratuito para associados e custo de R$ 10 mensais por dependente

PÁG. 24

ENTREVISTA

Presidente do INSS fala sobre suas ações à frente da autarquia

PÁG. 07

Anasps solicita apoio de parlamentares em defesa dos servidores do INSS.

SIGA-NOS NAS

Mídias Sociais

FACEBOOK: /anaspsbrasil

WHATSAPP: (61) 3322-4807

TWITTER: @anaspsbrasil

INSTAGRAM: @anaspsbrasil

YOUTUBE: /AnaspsDF

Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Alexandre Barreto Lisboa (RJ)
Vice-Presidente Executivo
Paulo César Régis de Souza (SC)
Vice-Presidente de Política de Classe
Consuelo Lopes Padrão (RJ)
Suplente
Circe Noeli Severo (RS)
Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas
Elzuíla da Silva Ferreira (PI)
Suplente
Francisco das Chagas Camara Rayol
Vice-Presidente de Administração Financeira
Elienai Ramos Coelho (DF)
Suplente
Suzana Esteves Ramos (DF)
Vice-Presidente de Patrimônio
Verônica Maria Monteiro Rocha (RJ)
Suplente
Manoel Ricardo Palmeira Lessa (RJ)
Vice-Presidente de Relações Parlamentares
Joaquim José de Carvalho (CE)
Suplente
José Gonçalves Campos (AM)
Vice-Presidente de Assuntos Juridicos
Luiz Augusto do Espírito Santo (GO)
Suplente
Djair da Silva Pinto Filho (PB)
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais
José Luiz Francisco (SP)
Suplente
Rusemberg de Lima Costa (AC)
Vice-Presidente de Cultura e Lazer
José Julio Martins de Queiroz (BA)
Suplente
Maria Leide Câmara de Oliveira (RN)
Conselho Fiscal
Presidente
Márcia Regina Horta Piva (SP)
Membros
Elizabeth Custódio (DF)
Justina Conche Farina (MS)
Suplentes
Ana Cristina Evangelista (DF)
Marília Luzia Martins Dias (PR)
João Ricardo Arcoverde Moraes (DF)

EXPEDIENTE

Jornal Anasps
Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social
www.anasps.org.br / anasps@anasps.org.br

Editado pela Assessoria de Comunicação da ANASPS
Jornalista Responsável:
Paulo César Régis de Souza

Comunicação Anasps
Byanca Magalhães Guariz
Vitória Morgan Pajolla
Jonathan Luiz de Oliveira Souza
Matheus Wesley Borges de Souza
Isabela dos Santos Lourenço
Giovanna Coelho Batista

Projeto Gráfico e Editoração:
Wagner Alves

Tiragem:
70.000 exemplares

DIRETORIAS ESTADUAIS

ACRE - Rusemberg de Lima Costa
Avenida Getúlio Vargas, 1273, 6° andar Bosque Rio Branco - AC - 69908-650 - Tel: (68) 2106-5192 Fax: (68) 3224-6479 / anasps.ac@gmail.com

ALAGOAS - Edileide Sales de Oliveira Santos
Rua Zacarias de Azevedo 399 Ed. Trade Center 2° andar salas 212/214 / Maceió - AL 57020-470 Tel: (82) 3326-9036 Fax: (82) 3326-0076 anasps-al@anasps.org.br

AMAZONAS - José Gonçalves Campos
Rua 24 de maio, 220 9° andar sala 901, Ed. Rio Negro Center -Centro Manaus - AM 69010-080 Tel: (92) 3233-7731 / Fax: (92) 3234-0361 anasps.amazonas@gmail.com

BAHIA - Iraildes Beirão Araujo
Av. Estados Unidos 258, Ed. Cidade de Aracaju Salas 1001 / 1004 Comércio Salvador - BA CEP: 40.010-020 Telefax: (71) 3326-7648 anasps-ba@anasps.org.br

CEARÁ - Joaquim José de Carvalho
Rua Pedro Borges 75 Ed. Seguradora Brasileira 9° andar Salas 901/903 Centro Fortaleza CE 60055-110 Tel: (85) 3226-0892 Fax: (85) 3221-1238 anasps-ce@anasps.org.br

DISTRITO FEDERAL - Elienai Ramos Coelho
SCS Quadra 03 Bloco A, Loja 74/78, Ed. ANASPS Brasília - DF - 70303-000 - Tel: (61) 3321-5651/ whatsapp (61) 3322-4807 anasps@anasps.org.br

ESPÍRITO SANTO - José Carlos Welff
Rua José Alexandre Buaiz, 190 Ed. Master Tower - Sala 1604 Enseada do Suá Vitória - ES 29050-918 Tel: (27) 3345-6525 Fax: (27) 3345-6668 anasps-es@anasps.org.br

GOIÁS - Marlene Nogueira Viscal Rocha
Avenida Anhanguera, 5674 Ed. Palácio do Comércio - 13° andar - Sala 1303 Centro Goiânia - GO 74643-010 Telefax: (62) 3223- 4527 anasps-go@anasps.org.br

MARANHÃO - Eliane dos Santos Marques
Rua Juno Lote 05 Qd 22 Loteamento Boa Vista Ed. Manhattan Center, sala 408, Renascença, São Luís - MA 65075-740 Tel: (98) 3232-1291 Fax: (98) 3232-5410 anasps-ma@anasps.org.br

MATO GROSSO - Clea Lúcia de Amorim Silva
Rua Batista da Neves, 22 Ed. Comodoro 6° andar sala 603 Centro Norte Cuiabá - MT 78005-600 Tel/Fax: (65) 3623-8986 anasps-mt@anasps.org.br

MATO GROSSO DO SUL - Justina Conche Farina
Rua 26 de agosto, 384 14° andar - Sl. 142/148 Centro Campo Grande - MS 79002-913 Tel: (67) 3383-5296 Fax: (67) 3324-7375 anasps-ms@anasps.org.br

MINAS GERAIS - Maria Alice Rocha Silva
Rua Espírito Santo, 466 Ed. Hércules - Salas 1606/1608 Centro Belo Horizonte - MG 30160-030 Tel: (31) 3213-8120 Fax: (31) 3222-3384 anasps-mg@anasps.org.br

PARÁ - Maria Sodrelina das Neves Monteiro
Avenida Nazaré 272, Ed. Clube de Engenharia 8° andar - Sala 806, Nazaré, Belém - PA 66.035-170 Tel: (91) 3349-4693 anasps-pa@anasps.org.br

PARAÍBA - Djair da Silva Pinto Filho
Av Senador Ruy Carneiro, 300 Sala 607 Empresarial Trade Office Center Miramar – João Pessoa/PB CEP: 58010-810 | Telefax: (83) 3221-7123 anasps-pb@anasps.org.br

PARANÁ - Marília Luzia Martins Dias
Rua Marechal Deodoro, 252 9° andar - Conj. 901 Centro Curitiba - PR 80010-010 Telefax: (41) 3039-1062 anasps-pr@anasps.org.br

PERNAMBUCO - Noé de Paula Ramos Júnior
Av. Visconde de Suassuna n° 305 - Santo Amaro Recife - PE - 50.050-540 - (81) 3221-4894 anasps-pe@anasps.org.br

PIAUÍ - Maria de Fátima S. Magalhães
Av. Raul Lopes, 880 S/N Centro Empresarial Poty Premier, Salas 201/202 Joquei Clube Teresina – PI CEP: 64.048-065 Telefax: (86) 3221-4058 anasps-pi@anasps.org.br

RIO DE JANEIRO - Manoel Ricardo Palmeira Lessa
Avenida Presidente Vargas 509, 8° andar - Centro Rio de Janeiro - RJ 20.071-003 Tel: (21) 2508-7446 Fax: (21) 2252-6159 anasps-rj@anasps.org.br

RIO GRANDE DO NORTE - Maria Leide Câmara de Oliveira
Rua Almirante Ary Parreiras, 1402 Alecrim Natal - RN 59040-220 Tel: (84) 3213-1344/99658-7980 anasps-rn@anasps.org.br

RIO GRANDE DO SUL - Circe Noeli Severo
Rua dos Andradas, 1234 Sala 1106 Bloco A - Centro Porto Alegre - RS 90.020-008 Tel: (51) 3225-9611 anasps-rs@anasps.org.br

RONDÔNIA - Maria das Graças L. V. Galvão
Avenida 07 de setembro, 1071/1083, Sala 21 da Galeria Central - 1° andar - Centro - Porto Velho - RO 76801-028 Telefax: (69) 3223-7990 anasps-ro@anasps.org.br

RORAIMA - Leonilza Lucena Possebon Ribeiro
Av. Glaicon de Paiva, 132 – Centro Boa Vista – RR – 69301-250 anasps-rr@anasps.org.br Tel: (95) 9812-3365

SANTA CATARINA - Paulo Cezar Rios
Avenida Rio Branco, 533 – Sala 502 Florianópolis – SC. CEP: 88015-201 Telefone: (48) 3223-6813 anasps-sc@anasps.org.br

SÃO PAULO - Maria Alice Cristina A. Catunda
Rua 24 de maio, 35 12° andar - Salas 1201/1202 São Paulo - SP 01041-001 Tel: (11) 3222-4736 Fax: (11) 3221-1680 anasps-sp@anasps.org.br

SERGIPE - Antônio Roberto de Melo
Rua Maruim, 983 Centro Aracaju - SE CEP: 49.010-160 Tel: (79) 3214-0110 anasps-se@anasps.org.br

TOCANTINS - Silvano Coelho Lira
403 Sul, Avenida LO 09, Lote 17 – Sala 06 Plano Diretor Sul – Palmas-TO – CEP 77015-594 Telefax: (63) 3215 – 5720 anasps-to@anasps.org.br

Sede própria

SCS Qd 03 Bl. A Loja 74/78 Edifício Anasps Brasília - DF
Cep.: 70303-000 Tel: (61) 3321-5651
whatsapp - (61) 3322-4807

Servidor Público sempre em foco

As soluções para os problemas que envolvem a Previdência Social parecem estar longe de serem alcançadas. Entra ano e sai ano, e o que mais observamos são os desafios que giram em torno da maior distribuidora de renda do país, que mesmo diante de enormes desafios, precisou se reinventar e colocar tudo nos eixos.

Em 2023 a Previdência Social completa 100 anos, com o marco da Lei Eloy Chaves de 1923, com Decreto Legislativo 4.682/1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP). Nestes 100 anos, o que assistimos foi uma Previdência que beneficiou mais de 100 milhões de pessoas, com um quadro de previdenciários, que chegou a 130 mil servidores. Porém, inúmeras barbaridades foram praticadas contra ela.

O INSS não pode formular política de Previdência ou de Seguridade Social; foi transformado na única autarquia "reversa" do mundo que não controla sua receita e despesa; foi obrigado a aceitar implantar e pagar com financiamento urbano a previdência rural do FUNRURAL, sem contribuição dos empresários e dos trabalhadores.

A autarquia ficou apenas com 42 mil servidores, sem PCCS, Plano de Carreiras, Cargos e Salários. Nos últimos 10 anos, perdeu 20 mil servidores que se aposentaram. Não houve concurso nem reposição. Teve que aceitar que até as reservas financeiras dos aposentados fossem transformadas em instrumento de política fiscal com o crédito consignado; perdeu o comando da perícia médica da reabilitação profissional e do serviço social por injunções políticas; está sendo obrigado a administrar o Regime dos Servidores Públicos, que nada tem a ver com o RGPS-Regime Geral de Previdência Social.

O instituto teve que administrar a fila física e a fila virtual para concessão de benefícios e implantar sistemas gerenciais para auditar e cancelar benefícios de prestação única e prestação continuada, além de implantar sistemas para auditar e combater as fraudes.

Enfim, o INSS teve que se superar na gestão da essência dos princípios de Eloy Chaves e continuar sendo o que efetivamente é: a maior instituição de Seguro Social da América Latina; o segundo maior orçamento da República; o maior instrumento de redistribuição de renda, das regiões mais ricas para as mais pobres; um acervo de mais de 100 milhões de benefícios (aposentadoria e pensões concedidos) em cinco gerações de brasileiros; uma clientela de 50/60 milhões de segurados e de 30 milhões de beneficiários.

Nesta edição do Jornal Anasps, iremos abordar entrevista com o novo presidente do instituto, Guilherme Serrano, que apresenta suas ações, entre elas a valorização do servidor público. O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, também dedicou um espaço para abordar seus projetos a frente de uma pasta considerada essencial para o país.

Não podemos esquecer das entrevistas com parlamentar e analista político de modo a destrinchar o que o servidor público pode esperar em ano eleitoral. Abordar as novidades, questões voltadas a reajuste salarial, e outros pontos de interesse do funcionalismo.

Outra novidade que promete marcar esta edição do jornal impresso em 2022, é o quadro: Anasps pelos olhos dos servidores. Não deixe de conferir essa matéria que tem a missão de abordar a visão do (a) associado (a).

E não para por aí! Ainda será possível conferir todo o trabalho que a Assessoria Parlamentar tem realizado nos bastidores do Congresso Nacional, andamento das principais ações judiciais, e todos os benefícios da associação.

Tenham uma ótima leitura!

Como acabar com o déficit e o represamento de benefícios na Previdência?

Por Paulo César Régis de Souza

Essa é uma das perguntas que milhões de brasileiros fazem.

O atual governo federal sumiu com os dados da Previdência.

O último número do déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) de 2021 é 195,4 bilhões e, há dois anos o número de represamento de benefícios é de 2 milhões.

Foi-se o tempo em que economistas e analistas usavam o déficit da Previdência em relação com o PIB para mostrar o que se chamava de "rombo". O negacionismo esconde o déficit existente e real na tentativa de acabar com a base de dados e bani-lo de vez.

Prefere fazer o que faz, dificultando ao máximo a concessão de benefícios e reduzindo o seu valor real para que possa implantar a Previdência com a contribuição única do trabalhador, tirando o Estado e o setor privado do financiamento, como fez o Chile e que será revisto pelo novo presidente, Gabriel Boric, pois o sistema exaltado e defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes e fraudadores contumazes, acabou com a Previdência chilena.

Guedes e o Centrão ampliaram a substituição da contribuição sobre a folha pela desoneração e querem acabar com o pagamento pela União da renúncia contributiva, aumentando o déficit. Estão afundando o RGPS criminosamente as vésperas de seus 100 anos (24 de janeiro de 2023), substituindo pela Previdência de capitalização privada.

O negacionismo não divulga o déficit da Previdência nem permite que o Ministério da Previdência o faça, mesmo porque o Ministério e o INSS (a segunda maior autarquia da República, com R$ 425,6 bilhões arrecadados com 507,0 bilhões da Receita Federal – Imposto de Renda, em 2021) não têm o controle sobre o que recebe e o que paga; uma aberração, e uma fraude, e negação do que se chama de transparência.

O déficit previdenciário será sempre crescente, especialmente porque o rural não paga sua contribuição e o empresário rural tem até renuncia previdenciária para exportar os bilhões que exporta. O que não é justo é aumentar a alíquota do empresário urbano.

Esperamos que o futuro governo olhe para este lado escuro, suspeito e sombrio da Previdência. O INSS tem que conhecer e controlar o que arrecada e paga. É o mínimo, o básico de uma gestão limpa.

O represamento de benefícios atormenta o segurado e a cidadania há três anos. Por esse assunto ser tão delicado e de extrema importância, o deputado Sidney Leite (PSD-AM) apresentou projeto de lei que estabelece prazos mínimos para a concessão de benefícios previdenciários e certamente os assistenciais, findo o prazo, o benefício terá que ser concedido, com ou sem INSS. Trata-se de um reverso reconhecimento de direito.

Antigamente a fila do INSS era visível e preocupava os gestores, de Presidente da República a servidor. Os gênios da digitalização criaram centrais, plataformas e programas, e uma fila invisível de 2 milhões de pessoas.

A fila tem causa, mas a causa foi deixada de lado. O efeito também. O INSS perdeu mais de 15 mil servidores nos últimos três anos, quando ministros anteriores a 2018 pediram concurso para 10 mil servidores. O TCU também pediu em três auditorias de grande por-

(*) Paulo César Régis de Souza é vice-presidente executivo da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social - Anasps.

te, mas nada foi feito. É indecente e imoral a alegação de que servidores de carreira tem custos e direitos.

O efeito negacionista nega a fila, nega concurso, nega respeito aos segurados, nega remuneração justa dos servidores, inventa soluções pífias e cretinas como a que encheu o INSS de militares para supostamente acabar com o represamento e que entraram e saíram sem saber nada do INSS, apesar de 100 anos de serviços prestados há quase cinco gerações de brasileiros, tendo concedido mais de 100 milhões de benefícios.

O grande sonho do negacionismo é uma Previdência sem servidores. Previdência de app e senhas. Nossas agências e postos, na grande maioria, sem servidores não tem como funcionar plenamente. Com a pandemia a situação se agravou; servidores retomaram trabalho em home office, embora desmotivados pelos salários avilta-dos em vários anos, plano de saúde da GEAP com valores sendo reajustados, enquanto seus proventos continuam congelados.

Propusemos uma força-tarefa, por estado, nem recebemos resposta. As tentativas malograram porque Previdência se aprende no balcão, no atendimento físico, e tem que ser concursado para conceder Benefício de Prestação Continuada. Se houver fraude ele responderá com sua senha na forma da lei.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que permite a legalização dos jogos no Brasil, cassinos, bingos, jogo do bicho. A previsão é de uma arrecadação imensa em impostos hoje sonegados, já que os jogos funcionam clandestinamente sem nenhum controle e arrecadação de impostos.

Uma fatia desses impostos serviria para ajudar na redução do déficit da Previdência rural (em que os trabalhadores não pagam e os empresários sonegam ou tem desoneração) e para os 40 milhões de empregados informais que não pagam a Previdência, mas que um dia vão querer se beneficiar dela através da aposentadoria.

Serviria também para diminuir o déficit de 14 mil servidores no INSS através de um concurso público e para melhorar seus salários. Nossos dirigentes nada podem fazer sem recursos e sem servidores para trabalhar, não adianta dar computadores novos se não tem ninguém para operar.

Seria oportuno que o Senado visse a distribuição da receita do jogo, beneficiando quem precisa, como a Previdência, e que o Presidente, ao sancionar, deixe claro que os recursos servirão para manter a Previdência que segue sendo a maior redistribuidora de renda do país. Mas está agonizando, com um gigantesco déficit e sem servidores.

“Propusemos uma força-tarefa, por estado, nem recebemos resposta. As tentativas malograram porque Previdência se aprende no balcão, no atendimento físico, e tem que ser concursado para conceder Benefício de Prestação Continuada. Se houver fraude ele responderá com sua senha na forma da lei.”

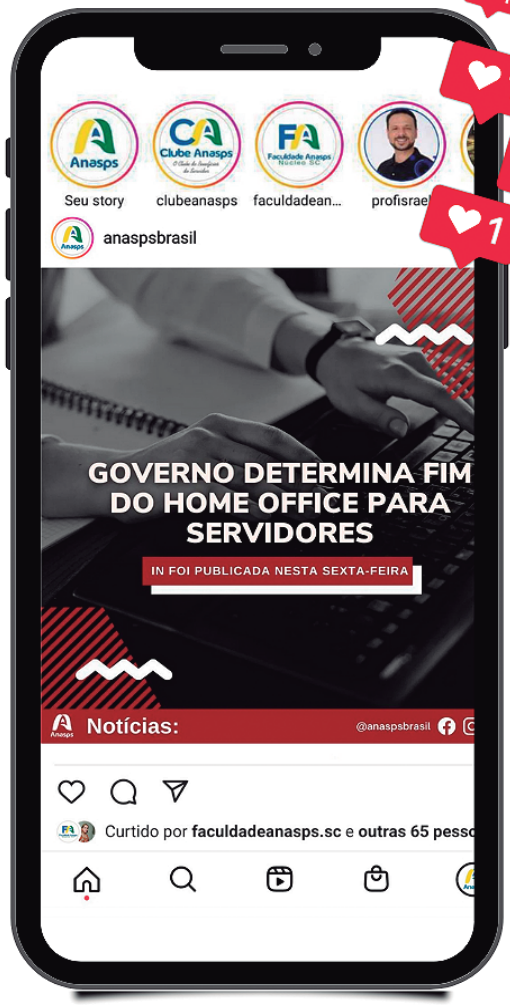
VEJA O QUE ESTAMOS FALANDO NAS REDES SOCIAIS

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm direitos a outros benefícios que não conhecem. Muitos não sabem que podem ter acesso ao saque do FGTS, quitação de imóvel financiado e manter o plano de saúde. Confira os benefícios que o aposentado e pensionista têm direito.

Se você é aposentado e deseja sacar seu FGTS, fique atento a essas dicas e não perca seus benefícios. A Anasps está aqui para cuidar de você.

Os cuidados com a saúde bucal são essenciais para manter uma vida saudável, pois além de prevenir inúmeras doenças, garantem sensação de bem-estar e qualidade de vida.

Para isso, uma ótima ideia é investir em um plano odontológico. Conheça alguns motivos para preencher o formulário do Plano Dental Hapvida, e garantir um sorriso perfeito...



A inflação aumenta, os preços dos itens só sobem, e para ver isso na prática basta ir em um mercado. Por exemplo, o que você consegue comprar com R$ 100? Poucos itens, certo? Mas por um valor abaixo disso mensalmente, os associados Anasps podem mudar de vida com uma graduação de ensino superior em uma faculdade que tem nota 4 (de 5) no MEC.

PARA CONFERIR AS POSTAGENS COMPLETAS ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS

@Anaspsbrasil

PRESIDENTE DO INSS FALA SOBRE

Suas ações a frente da autarquia

Logo após ter assumido a Presidência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano conversou com a equipe da Anasps e falou sobre os pilares da sua gestão à frente da autarquia.

Serrano cita ações estruturantes voltadas para o servidor da casa, medidas que serão adotadas para reverter a defasagem do quadro de servidores do órgão, possível realização de um concurso público para a autarquia, reajuste salarial, entre outros pontos.

O novo presidente do INSS é servidor de carreira há 16 anos, possui graduação em Física e Mestrado em Astrofísica, ambas as formações pela Universidade de São Paulo. Uma das prioridades de sua gestão é a valorização dos 20 mil servidores que estão à frente do instituto.

Confira!

Como foi receber o convite para assumir esse grande desafio que é o INSS, considerada a maior autarquia do país?

O convite foi uma grande honra. Sou servidor de carreira do INSS desde 2006, sou técnico do seguro social, nunca tinha me imaginado nessa condição, é uma honra gigante pode ascender ao mais alto cargo da nossa Casa, é algo positivo para os nossos servidores verem um servidor de carreira ascendendo o posto de presidente, a exemplo do que aconteceu com o atual ministro do Trabalho e Previdência, o Oliveira, e agora comigo, então é uma honra, é uma responsabilidade por ser a maior autarquia. Temos 36 milhões de beneficiários dos quais o INSS efetua os pagamentos todos os meses. Nós colocamos o salário dentro das casas das famílias, então é uma responsabilidade muito grande. Vou fazer o meu melhor para desempenhar essa função da melhor forma possível.

Quais são os pontos mais sensíveis que o senhor identificou?

Já estava como diretor de Tecnologia da Informação, desde que o ministro Oliveira assumiu a pasta como presidente. O atual ministro tinha pontuado algumas diretrizes consideradas fundamentais para que a gente consiga alavancar o instituto. São ações que são estruturantes, que no primeiro momento não aparece, mas a ideia é que isso se perpetue para frente, fique como um legado. Temos os nossos pilares da gestão, que são as pessoas. O INSS é uma casa com mais de 19 mil servidores, 8 mil estagiários, e outros 16 mil colaboradores. Então é uma casa que precisa olhar para as pessoas. Somos pessoas que atendem pessoas, então precisamos ter esse olhar. Foi recriada a Diretoria de Gestão de Pessoas, que foi fundamental para a gente dar esse olhar e foco para as pessoas. O segundo fica na questão da automação, melhorar nossos processos, conseguir tirar aquilo que é mais simples, aquilo que não deveria passar por uma análise do servidor, a máquina decide. Isso vai reduzir um pouco daquilo que a gente faz no dia a dia. Outro pilar que acaba sendo consequência, é a gestão de filas. Precisamos reestabelecer as pazes com a sociedade. Precisamos entregar aquele atendimento que a sociedade precisa, e ainda na linha da sociedade, o atendimento. O INSS sempre foi um órgão que se orgulhou de ter a sua capilaridade, de estar próximo as pessoas, de estar dentro da casa das pessoas, desde a pandemia a gente fez um movimento de fechamento. Fechamos as nossas agências, e em setembro de 2020 retomamos o atendimento presencial de forma parcial. Esse atendimento não voltou 100% ao que era antes, então a gente precisa de forma paulatina retomar esse atendimento. Evoluímos demais nos canais remotos pelo Meu INSS, 135, mas existe uma parcela da população que não é pequena e que precisa de um atendimento presencial, e o INSS precisa estar lá para fazer esse atendimento.

Esses são os quatro pilares, os pontos mais sensíveis e que a gente pretende continuar investindo para até o final desse ano ser um INSS mais próximo daquilo que a sociedade merece e espera de nós.

As ações estruturantes: o que seriam na prática?

Investimento e Capacitação. A capacitação é um investimento, não é um gasto, porque, quando co-

locamos a capacitação como uma ação, estamos investindo no nosso capital humano, que é o nosso bem mais precioso: os servidores, as pessoas. E em um primeiro momento você investir em capacitação, você tem pessoas sendo deslocadas do que estão fazendo para serem capacitadas, você tem que estruturar essa capacitação, você tem um aporte financeiro imediato e o resultado disso você não enxerga no primeiro momento. Esse é um resultado que você planta e você vai colher ao longo dos anos, tendo servidores capacitados, tendo uma casa com uma gestão mais capacitada, com certeza a sociedade vai ter uma resposta mais qualificada, tanto da gestão, como de quem está operando.

Outra ação que a gente enxerga como estruturante, investir no nosso parque tecnológico, substituição dos links e das máquinas que a gente tem hoje, isso é uma ação que você não consegue de imediato fazer a troca de tudo, mas a gente precisa começar fazendo a troca, as contratações necessárias, para podermos ter a perspectiva dessa troca que pode ser feita em até 12 meses. Então é uma ação que você faz o que tem que ser feito, corre com as assinaturas, faz as contratações, mas você não tem o resultado já no mês seguinte. Isso é um processo que você começa sentir ao longo de um ano, ou um ano e meio.

Essa troca em 12 meses seria para o Brasil inteiro? Ou seria paulatinamente?

Sim. Pensando nos links, essa seria uma substituição de toda a lógica que a gente tem hoje, de todo o contrato de links existentes. Hoje, vamos para uma contratação muito mais moderna, próximo daquilo que a gente tem em casa, a internet da nossa casa. Hoje o que temos no INSS é uma tecnologia muito própria, como se a gente tivesse um cabo na nossa agência que tivesse ligado diretamente na Dataprev. O que estamos contratando vai para uma tecnologia próxima da internet de casa, isso traz muito mais velocidade de desempenho. Contudo, nós temos 1.700 pontos de internet hoje no Brasil, que são as nossas agências e gerências e prédios de arquivos. Então fazendo a substituição de todos esses links, é um processo que vai demorar 12 meses para fazer a substituição. Precisamos entender que o Brasil é um país continental, nós temos regiões do país que são distantes, temos agências colocadas no interior da Amazônia, locais de difícil acesso, então a tecnologia para chegar é um desafio. Então, lógico que em um primeiro momento a gente vai ter um impacto rápido nos centros metropolitanos, nas regiões mais próximas do litoral que é onde se tem maior desenvolvimento de tecnologias, mas para o interior do Brasil isso pode demorar um pouco mais.

Quais serão as marcas da sua gestão? Quais os principais objetivos que traçou ao assumir o INSS?

O primeiro objetivo que a gente tem é começar a dar essa resposta para a sociedade com a redução das filas. Desde que o presidente Oliveira, agora ministro do Trabalho e Previdência tinha assumido em novembro de 2021, a gente já começou um processo de reinserção da gestão. Os gerentes executivos, os gerentes de agência de novo no processo produtivo, temos tido resultados positivos, desde novembro a gente vem diminuindo os estoques mês a mês, mas essa diminuição vem aquém do que se precisa para chegar no final do ano com uma condição de estar girando o estoque do mês apenas. Então para se ter uma ideia, a gente começou no final de 2021 com cerca de 1 milhão e 800 mil processos em estoque, conseguimos reduzir em um mês 30 mil, outro mês 50 mil, teve mês que reduziu 70 mil, 80 mil. Mas para chegar em uma condição de normalidade de ter em torno de 700 a 800 mil processos em estoques, precisamos alavancar. Precisamos fazer mais do que já temos feito.

Presidente, o INSS já tem um quadro de defasagem de servidores, quais medidas serão adotadas para reverter essa situação?

Nós sofremos muito com a questão da redução do quadro de servidores, se a gente retomar um passado recente, de 45 mil servidores, hoje tem pouco mais de 19 mil servidores. O que a gente precisa é direcionar essa força de trabalho para a área fim, para a área finalística que somente o servidor do INSS pode fazer, que é a análise de processo, a emissão de pagamentos, que é aquilo que outros não podem fazer. Então, o INSS precisa fazer com que essa mão de obra que se tem hoje que é a carreira do seguro social, trabalhe de forma exclusiva naquilo que são as suas atribuições. Aí vamos conseguir fazer um dimensionamento da necessidade de servidores. Recentemente a gente fez uma nota ao Ministério da Economia, solicitando a reposição do quadro. Esse ano tinha até o fim de abril para refazer essa nota e nós fizemos, solicitando cerca de 7.500 servidores para a recomposição do quadro. A gente entende que além da perda que teve, tem um grupo de servidores em abono de permanência, então existe uma expectativa de perda de servidores. Então sim, o INSS tem uma necessidade de reposição do quadro. Então temos dois movimentos para fazer: destinar mais servidores para aquilo que é a nossa área fim, mas ao mesmo tempo temos que trabalhar na reposição do quadro para garantir nos próximos anos a não descontinuidade dos serviços.

Acredita na possibilidade de um novo concurso público?

Sim, com certeza. Desde 2021 a gente tem trabalhado, na época eu ainda estava a frente da Coordenação Geral na Diretoria de Benefícios,

a gente construiu uma nota técnica sobre a necessidade de servidores que a gente precisa locar para as áreas finalísticas da casa, fizemos essa nota solicitando o concurso, cerca de 7.500 cargos (ou um pouquinho a mais), tivemos uma sinalização positiva da Secretaria de Gestão de Pessoas. A expectativa é que esse ano tenhamos edital e concurso para reposição pelo menos de parte do quadro de servidores.

Caso o reajuste de 5% para os servidores for confirmado, o senhor acha que esse percentual é o mais adequado?

A gente sabe da reivindicação, acho que os servidores federais como um todo estão pedindo 19,99% de reposição, mas acho que são dois pontos que a gente tem que retomar. O primeiro é o que o próprio ministro Paulo Guedes colocou, por estar em um ano eleitoral a gente não pode dar uma reposição acima do que é da inflação do período, até para não dar uma conotação de eleitoral, então acho que os 5% vem respeitando isso, por esse motivo ele colocou essa meta. Outro ponto que temos que retomar, é que estamos vindo de uma pandemia, onde por tudo o que foi passado, por todas as situações, diversos órgão não apenas o INSS, fecharam suas portas, os servidores foram pra casa, tudo bem que no INSS os nossos servidores continuaram trabalhando, até porque nós temos o digital e isso foi possível para dar continuidade do trabalho, mas o servidor público em nenhum momento desses 2 anos teve um desconto ou perda salarial. Lógico que com relação a inflação isso não repõe, mas de certa forma a gente tem que entender que os 5% é uma sinalização positiva, é uma forma de dizer: não temos condições de dar os 19%, mas a gente está dando 5%. É um reconhecimento ao servidor, que está a frente, tocando as políticas públicas e entregando os serviços do governo federal.

E por fim presidente, o que a população e os servidores do INSS podem esperar da gestão do senhor?

O primeiro foco é a sociedade. Acho que, o que a sociedade pode esperar é que a nossa visão é olhar o que eles esperam. Então a gestão a partir daqui tem que ser olhando o que a sociedade espera, essa é a prioridade. Primeiro temos que ter essa clareza. Estamos aqui para servir os interesses da sociedade, para isso que fomos criados. O INSS existe para poder entregar o direito as pessoas que contribuíram durante sua vida toda ou não contribuíram (dependendo do caso), mas a política pública como ela foi desenhada. E os servidores, eles podem esperar dentro do que é da nossa gestão, a questão do pleito da valorização, do estabelecimento da carreira como uma carreira forte dentro do estado brasileiro, mas que também é uma carreira que tenha um compromisso com a sociedade, que sabe qual é a sua responsabilidade dentro das casas das famílias dos brasileiros. Então, acho que essa é a ligação e é isso que vai colocar o INSS numa condição diferente. O olhar para a sociedade e os servidores entendendo a importância do seu papel.

Tem mais alguma informação que deseja acrescentar?

Gostaria de agradecer e me colocar à disposição, apesar de estar no cargo de presidente, isso não me coloca em uma condição melhor do que ninguém. Pelo contrário, eu sou o primeiro que tem que servir, tanto a sociedade, como o instituto e os servidores. Estou aqui para compor e estou à disposição para o que precisar.

"Outra ação que a gente enxerga como estruturante, investir no nosso parque tecnológico, substituição dos links e das máquinas que a gente tem hoje, isso é uma ação que você não consegue de imediato fazer a troca de tudo, mas a gente precisa começar fazendo a troca, as contratações necessárias, para podermos ter a perspectiva dessa troca que pode ser feita em até 12 meses."

Conheça as ações do novo Ministro do Trabalho e Previdência

Recebendo a Anasps, o novo ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, pontuou seus planos iniciais após assumir o Ministério, enfatizando as ações que devem ser implantadas a curto prazo. Além disso, Oliveira que é servidor de carreira desde 1985, e associado da Anasps, destacou sua opinião sobre o reajuste salarial de 5% aos servidores públicos, greves e outros pontos.

Formado em Administração de Empresas, Oliveira ocupou vários cargos de gestão dentro do INSS. Como em todas as áreas que atuou, definiu quatro pilares para sua gestão: pessoas, redução de filas, atendimento e automação.

Confira a entrevista!

Quais são os seus planos iniciais após assumir o Ministério?

A princípio o meu grande desafio é a gente fazer a integração entre o Trabalho e Previdência, porque ambas as áreas afetam diretamente a vida do brasileiro, desde que inicia no trabalho até a sua aposentadoria. Veja a importância que tem esse Ministério na vida dos brasileiros. Daí a minha felicidade com a recriação do Ministério e com a possibilidade de se integrar as duas áreas, para que elas falem a mesma língua, e possam entregar com mais celeridade, com mais efetividade aquilo que o brasileiro anseia.

O senhor falou em integração. Como seria isso, na prática?

A princípio, a gente começar a conversar junto, em uma mesma mesa, a Previdência e do Trabalho. Hoje as coisas acontecem de forma estanque, o secretário de Trabalho realiza suas ações de forma apartada, e assim também o de Previdência e já começamos a fazer essa integração. Hoje não se faz mais reuniões de forma separada. Nós fazemos todos na mesma mesa. Isso já é o início de uma integração. Já conversei com o nosso secretário executivo, Bruno Dalcolmo, levantando qual o número de auditores do trabalho que nós temos na Casa, que são cerca de 2 mil, já estou desenhando um encontro com eles, para que possamos também alinhar com os auditores do trabalho e dar o espaço aos auditores do trabalho, que entendo merecerem. E participando desse processo vai enriquecer muito a construção das políticas voltadas tanto para a Previdência como para o Trabalho.

Como será o seu perfil à frente da pasta?

Será o mesmo que sempre foi. Eu sempre fui uma pessoa de agregar, de trazer para perto todas as pessoas, dar espaço para todas as pessoas, para que todas possam falar e dar as suas idéias, como falei ao tomar posse, não tenho nenhuma ideia, nenhuma solução mirabolante para resolver os problemas do Brasil no que tange o Trabalho e a Previdência. Eu preciso da união, preciso da sugestão, do envolvimento, da participação, de todos os 9 mil servidores do Ministério do Trabalho e dos 20 mil servidores que hoje fazem parte do time do INSS.

Quais serão as ações a curto prazo para o Ministério?

Estou me atualizando sobre todos os projetos que já estavam desenhados. Eu acho que não temos que reinventar a roda, temos que pegar aquilo que foi desenhado pelo ministro Onyx Lorenzoni, homologado pelo presidente Jair Bolsonaro e dar sequência a esses processos. É claro que a medida em que os projetos que estão desenhados vão evoluindo, a gente vai incrementando com o nosso perfil. Afinal de contas, eu tenho uma história na Previdência Social, sou servidor de carreira, estou no INSS, esse ano faz 38 anos, e eu tenho certeza que dando o espaço que a gente pretende dar a equipe, iremos enriquecer tudo aquilo que foi deixado pelo ministro, Onyx Lorenzoni.

Estamos em ano eleitoral, o senhor acha que isso terá algum impacto no seu comando da pasta?

Eu seria inconsequente se dissesse que não. É claro que há sim. Existem algumas restrições por conta do período eleitoral, mas a gente sabe lidar com isso. São tantos anos a frente da coisa pú-

José Carlos Oliveira
Ministro do Trabalho e Previdência

blica, lidamos bem com isso, conversamos com todas as linhas políticas. O Ministério afeta todos os cidadãos brasileiros e temos uma pauta para atender a todos os parlamentares seja de que partido for.

Existem ações que podem ser feitas para melhorar o processo?

Sim. Para melhorar a Previdência de uma forma geral e o Trabalho. Nós temos algumas Medidas Provisórias desenhadas voltadas para a empregabilidade das mulheres, para redesenhar o trabalho do jovem, então tem uma série de ações já desenhadas e que serão incrementadas e colocadas em prática.

Muito se fala no reajuste de 5% para os servidores. O senhor acha que esse percentual é um valor justo?

Eu sou servidor público. Não vou dizer que é justo ou que é injusto, mas é o que o Brasil tem condições. Nós acabamos de sair de uma pandemia que não só afetou o Brasil, afetou o mundo. Uma coisa que nunca aconteceu na história da humanidade, uma pandemia mundial como aconteceu, então é o que é possível ser dado, é o que o estado tem condições de dar. Não se pode ser leviano, irresponsável. Eu como servidor público todos os dias primeiros do mês, o meu salário lá estava, e muitas pessoas perderam emprego, muitas pessoas fecharam suas empresas, foi uma dificuldade, aquela história do lockdown acabou dificultando muito a vida do pequeno comerciante, do pequeno empresário e nós não. Nós sobrevivemos como servidores públicos. Vale a pena olhar mais um pouco para a sociedade, dar essa contribuição a mais e como servidor público, eu me sinto a vontade de fazê-lo sem problema nenhum. Eu entendo que esse foi o possível a ser dado.

Qual a sua opinião sobre as greves?

As pessoas têm direito de fazer as suas reivindicações. Eu não deixo de reconhecer esse direito das pessoas. Eu apenas peço que as pessoas façam isso com toda a tranquilidade, com todo o respeito, como nós sempre tivemos por todos aqueles que se manifestaram através de paralisações. Que façamos uma coisa ordenada, urbana e na mesa a gente acaba ajustando, chegando a um denominador comum. Eu entendo que agora, com essa possibilidade dos 5% que vai ser dado, não tem muito sentido a gente levar a frente isso daí, e eu acho que as outras questões que são do nosso dia a dia, conseguiremos construir juntos. A gente sempre teve uma forma de trabalhar aberta, ouvimos todos os servidores, todas as pessoas que nos procuraram.

Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

Eu acho que vale a pena ressaltar a necessidade da gente entrar nessa cruzada para poder melhorar o dia a dia da sociedade. Nós sabemos que lá no INSS, por exemplo, nós temos uma infinidade de pessoas aguardando uma resposta conclusiva, mas o governo é sensível a isso. O presidente já assinou uma MP criando uma gratificação. Sabe-se que isso não é algo que vai resolver a vida do servidor, mas ajuda muito. Então, poderemos fazer um trabalho de forma extraordinária e consequentemente entregar isso a sociedade, o que é importante.

BRASIL E ÁUSTRIA ASSINAM ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os avanços na área de benefícios previdenciários e garantia de direitos vêm sendo explorado de forma crescente. A preocupação com a situação previdenciária do cidadão que reside em outro país tem levado o governo a firmar acordos internacionais, criando uma expectativa de segurança nos contribuintes.

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, e o embaixador da Áustria no Brasil, Stefan Scholz, assinaram, o Acordo de Previdência Social e o Ajuste Administrativo entre os dois países.

Com a formalização do acordo, fica garantida a contagem dos períodos de contribuição cumpridos nos dos países para a aquisição de direito aos benefícios previdenciários.

O acordo também irá permitir que o trabalhador se desloque para trabalhar em outro país, e continue vinculado à Previdência Social do país de origem, respeitadas as regras e o período pré-estabelecido no texto.

Deputado fala sobre PL que fixa prazos mínimos para INSS analisar pedidos de benefícios

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4365/21 de autoria do deputado federal Sidney Leite (PSD-AM), que visa alterar a Lei de Benefícios da Previdência Social com o objetivo de estabelecer prazos mínimos para que o INSS analise pedidos de benefícios e de aposentadoria.

Para entender: pelo texto, os pedidos de aposentadoria por idade e tempo de contribuição deverão ser analisados em 30 dias; já os pedidos de aposentadoria especial e por invalidez terão um prazo de 60 dias. Caso haja descumprimento dos prazos, será concedida de forma provisória a aposentadoria no valor de um salário mínimo, até a decisão definitiva do processo.

A mesma regra vai para os pedidos de benefícios: 30 dias para processos envolvendo salário-maternidade e pensão por morte e 60 dias para auxílio-doença. Ultrapassados os prazos, o benefício deverá ser imediatamente concedido.

A Anasps conversou com o parlamentar e buscou respostas para seu projeto que atualmente se encontra na fase de coleta de assinaturas para tramitação em regime de urgência. Confira a entrevista:

O INSS tem fila de quase 2 milhões de pedidos chegando a cem dias de espera para análise. Em sua opinião por que a espera cresce a cada dia?

A demora acontece porque o INSS não tem estrutura para atender, é isso que a gente tem dialogado reiteradamente. O meu estado é uma realidade diferente, seja pela logística, pelo tamanho é o maior estado da federação, mas não justifica essa morosidade. Nós conseguimos aprovar que pudesse ser trabalhado o médico perito em Home Office tendo o apoio de um médico na ponta daquele município, daquela cidade, mas nem isso foi providenciado por parte do INSS no sentido de dar celeridade e diminuir essa fila. Que fila é essa que só aumenta, não diminuiu?

Qual sua opinião sobre o represamento e sobre as filas no INSS?

Eu entendo que o governo tem que ter uma medida, seja no sentido de dotar o INSS com estrutura, seja de definir metas, seja, também, de que a gente possa ter uma melhor eficiência do serviço público porque é isso que muitas vezes faz com que o cidadão fique revoltado e com direito porque ele não vê essa eficiência por parte do serviço público no Brasil.

Qual é o principal problema do INSS?

O principal problema é o esvaziamento. Eu visito agência do INSS que tem só um funcionário. Funcionário que está numa estrutura ameaçando de cair sobre sua cabeça, cheia de infiltração, com mofo, sem nenhuma condição de trabalho. E esse esvaziamento está claro, por exemplo, quando eu digo que no estado do Amazonas e em nenhum município do interior você tem um médico perito. Fica muito claro a desvalorização por parte do governo em relação à questão da estrutura do INSS.

Eu entendo que a tecnologia ajuda muito, mas ela não é suficiente para atender essa demanda. Como a gente vê, essa demanda só aumenta, essa fila só aumenta e o Brasil caminha para que a população envelheça. Nós estamos caminhando nessa direção. Vai chegar o momento em que nós estaremos mais idosos do que jovens e essa demanda só vai aumentar. Não haverá diminuição e o INSS está na contramão. Você vê um esvaziamento, as pessoas saem, se aposentam e o INSS não tem seus quadros renovados essa que é a grande realidade que a gente verifica.

Há um esvaziamento com o discurso de que é a tecnologia resolve, mas o que a gente vê é essa situação. Além dessa questão do PL, eu estou estudando com a minha assessoria para ajuizarmos uma ação na justiça porque é inaceitável isso, em que as pessoas são humilhadas, elas tentam reiteradas vezes receber esse benefício, mas isso é uma coisa que está virando um sonho e um pesadelo, na maioria das vezes, que ela não consegue ter acesso.

Sidney Leite
Deputado Federal (PSD-AM)

Qual sua opinião sobre a fila invisível no instituto? Por que tanta demora?

Nós temos por parte do INSS uma fila de milhões de pessoas à espera do benefício e nós temos uma outra demanda que também é problema, que não conseguimos resolver, que é o seguro-defeso que é pago via INSS para os pescadores, que é um outro problema também que a gente tem por falta de pessoal, por falta de estrutura, por falta de logística que INSS impõe aos pescadores e essa gama de brasileiros que teriam direito a receber um benefício da Previdência Social.

O senhor acredita que a fila irá diminuir?

Com certeza, porque senão resolver, o governo terá que pagar a pessoa que terá direito a receber a mais, seja em relação àquele benefício, seja algum valor do pretérito, o processo vai continuar andando, mas a fila do ponto de vista do segurado vai diminuir porque ou o INSS faz sua parte, o governo faz sua parte ou o cidadão vai receber. E grande parte desses milhões de brasileiros que estão nessa fila tem o direito de receber na faixa de um salário mínimo.

Por que que isso se impõe e ocorre essa dificuldade? Porque grande parte do trabalhador brasileiro recebe em torno de R$ 2 mil. Essa é a realidade do Brasil. Eu entendo que essa fila vai diminuir, aí sim o governo vai tomar providência porque as leis que existem hoje, os acordos na justiça não têm sido suficientes para que o governo dote o INSS de estrutura necessária, cumpra metas, possa ter programas de estímulos para que a gente possa zerar a fila, voltar à normalidade e atender a demanda do dia a dia em todo o país e isso não tem sido suficiente. Então, eu entendo que a gente tem que interferir dessa forma para zerar a fila e o governo dar a prioridade necessária para que a gente possa ter uma estrutura através do INSS para atender a população.

Como está a tramitação do PL?

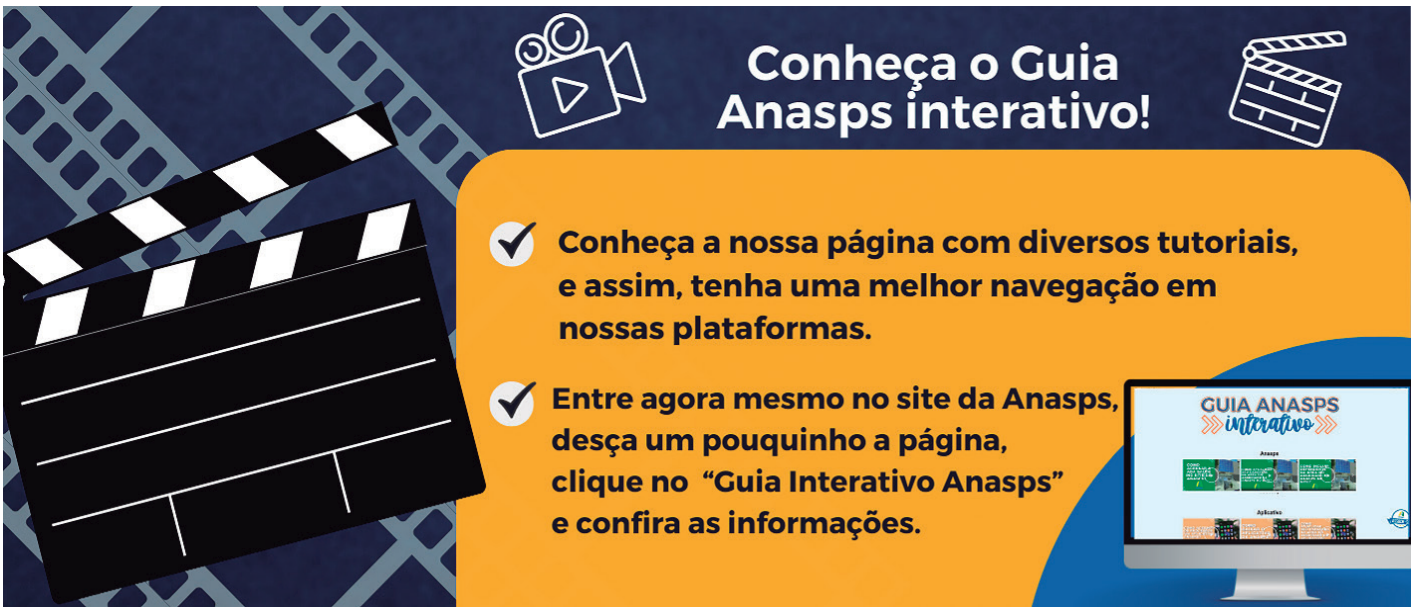
O PL está na Câmara. Nós estamos coletando assinaturas para que ela possa tramitar em regime de urgência e ter sua aprovação de forma mais célere.

Qual a expectativa de aprovação?

Eu entendo que é positiva porque os deputados e senadores vão sofrer muita pressão aonde eles estiverem pela aprovação dessa lei. E ela é uma forma de pressionar o governo para que dote o INSS de estrutura. Entra governo e sai governo e você só vê o INSS se tornar mais magro e o INSS precisa dessa atenção por parte dos governos no sentido de resolver essa demanda que é uma demanda não da estrutura do INSS, mas uma demanda de boa parte da população brasileira.

Gostaria de acrescentar mais alguma informação?

A fila está aumentando. Teve a questão da pandemia, mas sabemos que isso não é real. Não é só pandemia. O problema é um esvaziamento e um desmonte do INSS, essa que é a grande realidade. Então, nós temos que ir na outra direção, até porque o parlamento no que diz respeito à discussão da previdência, eu entendo que o Parlamento fez seu dever de casa na questão da votação da reforma e eu entendo que o governo precisa fazer a sua parte.



Ser um servidor público significa muito mais do que apenas exercer uma profissão, essa categoria de trabalhador é aquela que é fundamental para o funcionamento de um país.

Imagine que a sociedade seja um grande relógio, cada componente é de grande importância, seja ele do tamanho da cabeça de um alfinete, seja do tamanho de um carro. E independentemente das medidas, se for retirado apenas um item, o relógio irá parar de exercer sua função.

Então, os servidores públicos, sejam de qual for a categoria, tem um papel fundamental para que a sociedade funcione de maneira organizada, de acordo com suas regras e trabalhos exercidos.

E através de cada componente desse grande relógio que é a sociedade, neste caso, possui uma história por trás, uma história construída com muito esforço, aprendizado e amor.

Dessa maneira, confira um pequeno resumo da trajetória de pessoas que dedicaram a própria vida para o serviço público.

O início no serviço público

No dia 17 de março de 1997, a servidora do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Inez da Mota, 66, moradora de Salvador (BA), começou o seu caminho dentro da Anasps, se tornando uma associada.

Mas antes disso, mais precisamente em 1981, ela começou a vida no serviço público, ao entrar no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o antigo INSS. E desde o momento que entrou nesse mundo teve como pilares o "respeito por todas as pessoas e muito aprendizado na área onde atuei, que foi na área de benefícios, que só agregou grandes experiências na minha vida", afirmou.

E seguindo uma linha de pensamento parecido, Vilson de Almeida, 76, também morador de Salvador, foi um servidor de carreira, que teve a vida transformada por conta do seu trabalho. Para ele, a melhor parte do cargo que exercia era "poder dar uma melhor orientação para aquelas pessoas que procuraram o serviço público. Fiz todo o trabalho com muito carinho e boa vontade", contou.

Dessa maneira, "O serviço público mudou minha vida, me fez ter um olhar diferente, principalmente para as pessoas mais carentes", finalizou.

Momentos de descontração

E nos momentos de recreação entre os funcionários, sempre abre-se uma oportunidade de criar histórias engraçadas e inusitadas. No caso da Inez, ela foi completamente surpreendida em uma situação adversa.

"Assim que eu ingressei no serviço público fui comemorar o dia do servidor em um clube. Representei o antigo INPS na categoria de nadadora e não sabia nadar direito, mas mesmo assim acabei ganhando a medalha de prata", comemorou.

A adversidade

Mas, infelizmente, nem tudo acontece como deveria. Apesar de todos os benefícios, os servidores públicos passam por diversas complicações. No caso da Inez, ela sentiu dificuldades nas regras da casa onde dedicou a vida.

"Quando mudava a legislação para atuar na área de benefícios eu tinha uma certa dificuldade, mas logo acabava aprendendo como continuar os atendimentos", comentou.

A servidora ainda sugeriu alguns aspectos que poderiam melhorar as condições de trabalho. "Precisava ter mais interação com o servidor, ter treinamentos, fazer exames periódicos, uma assistência psicológica", indicou.

E de um modo geral, nota-se uma alta demanda de trabalho entre todas as categorias do serviço público, em especial no INSS. Atualmente, de acordo com o presidente

do instituto, Guilherme Serrano, o órgão conta com mais de 19 mil servidores, 8 mil estagiários, e outros 16 mil colaboradores.

Assim, um dos grandes problemas é a falta de funcionários. Para se ter noção, Serrano afirma que em um passado recente o INSS tinha 45 mil servidores. Para saber mais desse assunto, confira a entrevista na íntegra que temos nesta edição do Jornal Anasps.

Trabalho desenvolvido em Família

Para um melhor desempenho no trabalho, a harmonia entre os colegas é fundamental para se ter um bom rendimento. E ainda que as condições não sejam as melhores, os servidores tentam deixar o ambiente melhor através de uma perfeita união. Por consequência, o expediente passa a ser profissional e familiar.

"De uma maneira geral, todas as pessoas com quem trabalhei foram solícitas em me ajudar no que eu precisei para desenvolver todas as tarefas dentro da instituição", confessou Inez. A servidora foi ajudada e retribuiu a gentileza com quem procurou o INSS.

"A gente tem uma grande oportunidade de ver as pessoas mais próximas da gente. Assim, é possível ajudar da melhor maneira possível, pois quem está do outro lado tem sempre dificuldade", relatou.

Seja uma pessoa que acabou de entrar na carreira pública ou que já tenha uma vasta experiência, sempre "dê o seu melhor na condição de servidor público", frisou Vilson. E não se esqueça de "estudar a legislação para prestar um bom atendimento a todos", complementou Inez.

Anasps, sempre cuidando de você

Há 29 anos a Anasps trabalha diariamente para proteger e brigar pelos direitos dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, oferecendo diversos benefícios para os seus associados. Além disso, cada diretoria estadual elabora eventos específicos para o bem-estar dos associados.

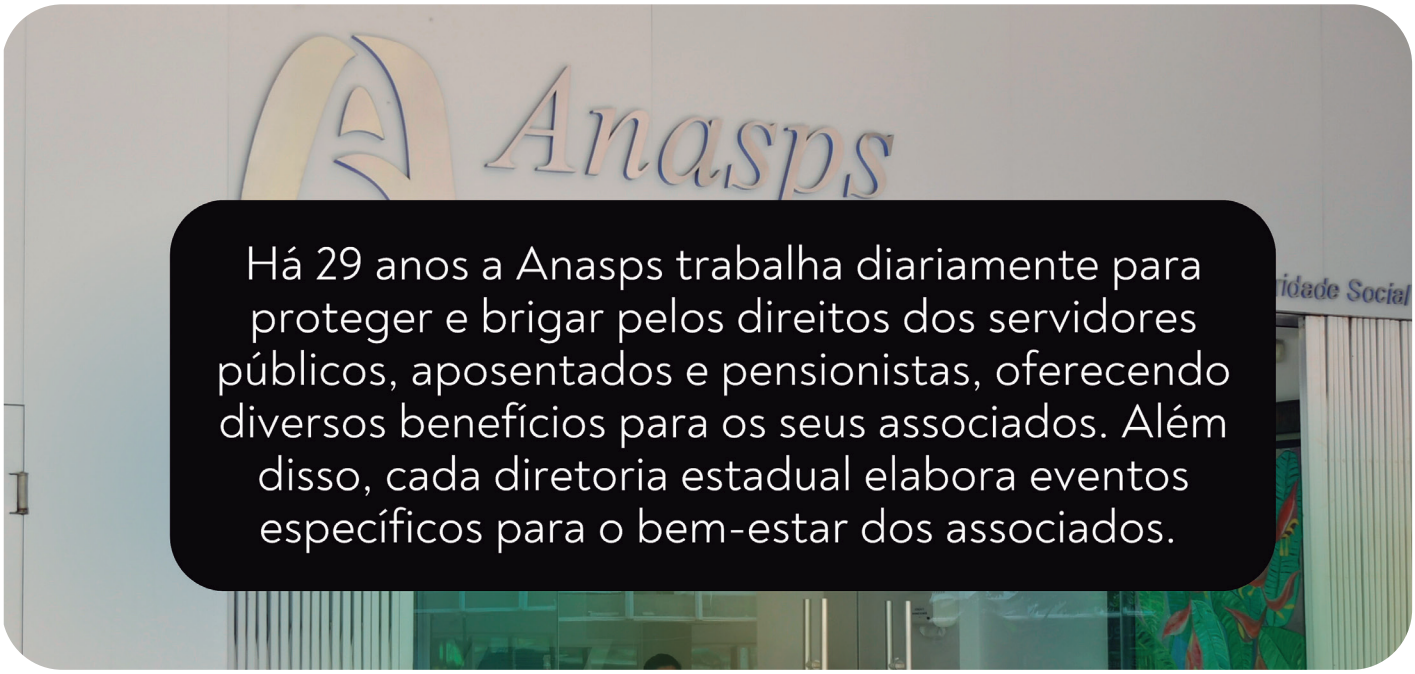
Nesse sentido, entre as milhares de pessoas que já foram beneficiadas com os serviços da Anasps, uma delas é justamente a Inez, que já utilizou a assistência jurídica, oferecida pela ANASPS.

Além disso, há 5 anos ela participa do programa de integração que é elaborado pela diretoria da Bahia. "Nesse programa de diversão eu participo da dança de salão, coral, voz e violão, e cuidados pessoais, como unha, sobrancelha, massagem, palestras. Esses eventos somam na vida dos servidores que são associados da Anasps", enalteceu.

Muito mais que uma simples entidade, a Anasps traz o bom conforto familiar para os seus associados. "A Anasps é bastante acolhedora como um todo, com assistência jurídica e outras orientações que a gente venha a precisar. Me sinto em casa", concluiu Inez.

Vilson também comentou sua experiência junto à associação. "Os eventos que a Anasps faz na Bahia são excelentes. Me sinto acolhido como se eu estivesse em família. Consigo encontrar com os colegas, ter um bate-papo saudável, ainda consigo matar a saudade das coisas boas que conseguir fazer", acrescentou o servidor.

E, por fim, Inez deixou um recado como servidora e uma Anaspiana. "Da minha experiência de trajetória na Previdência Social, eu me considero uma pessoa vitoriosa no serviço público, cresci muito como pessoa, como colega colaboradora e só tenho a agradecer a instituição e a todas as pessoas que convivi e continuo convivendo na Anasps", ressaltou.



Há 29 anos a Anasps trabalha diariamente para proteger e brigar pelos direitos dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, oferecendo diversos benefícios para os seus associados. Além disso, cada diretoria estadual elabora eventos específicos para o bem-estar dos associados.

COMO ESCOLHER O PLANO DE SAÚDE IDEAL

Administrar a própria saúde e a da família é o desejo de muitas pessoas: o ato de oferecer condições melhores de bem-estar para aqueles que amamos é um gesto nobre e merece todo o apoio possível. Por isso, a Anasps oferece a seus associados a oportunidade de aumentar sua qualidade de vida por meio de convênios com os melhores planos de saúde nacionais — nós entendemos a importância dos cuidados com a saúde, que é um dos principais pilares da vida humana.

Dentre os muitos benefícios de se ter um bom plano de saúde, está na rapidez e facilidade no atendimento e marcação de consultas: quanto mais rápido for realizado o diagnóstico de um possível problema, melhor será o tratamento. Geralmente, as demandas de saúde chegam a sobrecarregar o sistema público — os planos entram como uma salvação para a população.

Destaca-se, também, a segurança e estabilidade que um convênio de saúde pode oferecer, acidentes e doenças são imprevisíveis. Há, naturalmente, o receio em relação ao orçamento financeiro. O seguinte questionamento aparece: "Eu não estava prevendo isso. Como vou arcar com essas despesas?". A possibilidade de planejamento e organização é a boa notícia quando se trata da adesão aos planos de saúde.

Diante do cenário atual, o cuidado com a saúde vai muito além de bons hábitos alimentares ou prática de atividades físicas. As fases de nossas vidas necessitam de assistência médica e hospitalar, com foco em uma maior expectativa de futuro. Viver bem depende, sim, de nossas escolhas diárias e da prioridade que damos a isto.

Na hora de escolher o melhor plano e que mais se adequa à sua situação, é importante avaliar, também, a rede credenciada — ela abrange quem serão os profissionais de saúde, clínicas, hospitais, consultórios, laboratórios. O ideal é que estes sejam próximos de seu trabalho ou de sua casa.

Baseando-se em todos esses pontos, aliados àqueles que você tem em mente, é possível realizar o contrato de um plano de saúde e, de fato, usufruir da melhor maneira de todos os benefícios que ele poderá lhe ofertar.

Agora, você terá a oportunidade de conhecer todos os convênios médicos que a Anasps oferece. As coberturas variam entre os estados do Brasil. O destaque vai para a tabela de preços com descontos especiais para os associados e a possibilidade de extensão aos filhos e cônjuges. Confira:

Prever

A Prever é o mais novo plano de saúde conveniado à Anasps: com cobertura em Curitiba, Região Metropolitana e no litoral do Estado, o convênio disponibiliza excelentes infraestruturas de atendimentos — destaca-se, também, a assistência humanizada aos pacientes. O serviço é prestado aos beneficiários de forma integral: 24h, por sete dias da semana. Além de atender em urgências e emergências, especialidades como cardiologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e muitas outras são ofertadas. A operadora também realiza diversos tipos de exames.

Oeste Saúde

Facilidade e agilidade: a Oeste Saúde é responsável por cuidar das vidas do oeste paulista e do Mato Grosso do Sul. Os planos concedidos pela operadora oferecem total acesso a hospitais, clínicas e laboratórios de sua rede de saúde. O excelente custo-benefício auxilia famílias que desejam ter maior qualidade de vida sem precisar gastar muito. As mais de 30 especialidades atendidas pela operadora oferecem exames clínicos e laboratoriais e trazem comodidade ao beneficiário. A área de comercialização abrange as seguintes cidades:

SP: Adamantina, Álvares Machado, Osvaldo Cruz, Panorama,

Paraguaçu Paulista, Assis, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Dracena, Iepê, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Martinópolis e Mirante do Paranapanema.

MS: Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Três Lagoas.

SulAmérica Saúde

Com o SulAmérica Saúde, a proteção e o cuidado estão garantidos. O seguro oferece vantagens, benefícios, descontos e programas especiais para seus beneficiários: a assistência dos planos atende 24h por dia, com direito a orientações médicas por telefone, modalidades com e sem coparticipação, exames especiais e cirurgias em diversas especialidades. Os atendimentos são realizados nos seguintes estados:

Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo.

Smile Saúde

Beneficiários do Smile Saúde tem total garantia aos valores acessíveis dos planos: os profissionais da rede credenciada são compromissados com a saúde e oferecem o melhor atendimento possível para você e sua família. As modalidades de coparticipação e sem coparticipação possuem cobertura nos estados de Alagoas, DF e entorno, além da Paraíba. Os serviços incluem terapias simples e complexas, fisioterapia, nutrição, mamografia e muito mais. Confira a área de comercialização:

AL – (Maceió);

DF – Brasília e entorno (Águas Lindas, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás).

PB – (João Pessoa e Campina Grande).

Prevent Senior

A Prevent Senior se destaca pelos planos com até 50% de desconto na primeira mensalidade — mais economia para os beneficiários e sua família. Com isenção de taxa de adesão, a operadora possui amplo atendimento nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná. Uma vantagem: usuários que possuem idade a partir de 50 anos não sofrem reajuste de preço por mudança de faixa etária. A Prevent Senior conta com núcleos especializados e Núcleos de Medicina Avançada que atendem diversas especialidades.

Sócio da Anasps = Clube Anasps + Qualicorp + Hapvida

Com esse combo, você pode usufruir dos seguintes benefícios: descontos exclusivos do Clube Anasps e os planos de saúde Hapvida, isto é, com toda a qualidade e segurança que a Qualicorp oferece. O Clube Anasps possui convênios com mais de 2000 empresas diversas — incluindo clínicas e laboratórios de saúde. Todos os serviços são ofertados com um acolhimento especial e muita eficiência.

Unimed Paraná (Grupo Vital)

Usuários do plano Unimed Paraná contam com atendimento personalizado e muito ágil: os planos de saúde da operadora são comercializados pela empresa do Grupo Vital e oferecem diversos tipos de exames ambulatoriais com descontos especiais. É possível optar por planos sem coparticipação e com coparticipação. Um dos diferenciais da Unimed: beneficiários podem receber orientações médicas por telefone — trata-se do Unimed Fone. Além disso, os usuários também podem usufruir do serviço de transporte aéreo de urgência.

Dicas extras

- **Leve em consideração as opções de reembolso. Caso utilize serviços não cobertos pelos planos de saúde, você terá que arcar com as despesas – procure por planos que cobrem boa parte dos procedimentos que você necessita;**
- **Sempre verifique se o plano de saúde possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O órgão é responsável pela defesa do interesse do público em relação aos planos de saúde.**

Educação e sucesso profissional são duas questões que estão totalmente ligadas. É notório que quanto maior o nível de educação, maiores são as oportunidades de emprego e crescimento. Essa informação é tão verídica que pode ser comprovada através de dados oficiais.

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), mostra que os jovens e menos escolarizados foram os mais afetados durante a pandemia da covid-19.

De acordo com o estudo, no recorte por escolaridade, o desemprego foi maior para os trabalhadores com ensino médio incompleto (de 18,5% para 23,7%), na mesma base de comparação anual. Por outro lado, a ocupação dos que têm ensino superior continuou crescendo e houve alta de 4,7%, na comparação entre os números de trabalhadores nesta condição, nos respectivos trimestres de 2019 e 2020.

Agora que você já sabe a importância que um estudo tem, que tal se preparar para atingir uma carreira de sucesso? Muitas pessoas procuram receitas prontas para alcançar o topo, mas elas não existem. Para se tornar um profissional de qualidade e pronto para alavancar a carreira é necessário muito suor, erros e acertos.

Na Faculdade Anasps, instituição de ensino superior que nasceu no cenário educacional de Brasília, você consegue dar passos considerados essenciais para o mercado de trabalho. Criada em 2016, a faculdade tem como missão formar profissionais dentro de uma visão inovadora, globalizante e integrada.

Seu catálogo de cursos vai desde graduação, pós-graduação, cursos livres e preparatórios para concursos. Viu como fazer parte da Faculdade Anasps pode te proporcionar o sucesso profissional?

Graduação e pós-graduação

Os cursos de graduação aliam teoria e prática onde o aluno participa ativamente da construção dos seus conhecimentos.

Além da graduação, a Faculdade Anasps foi recentemente aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) para oferecer cursos superiores na modalidade à distância (esses que incluem Pedagogia e Tecnólogo em Gestão Pública), além da oferta de pós-graduação. O credenciamento permitiu inúmeros benefícios à instituição e alunos, pois agora permite que eles estudem de onde estejam.

O catálogo de cursos de pós-graduação está em estudo e em breve novidades serão lançadas.

Cursos Livres

Os cursos livres são ótimos para quem quer ingressar, se atualizar, ou adquirir mais conhecimentos para os desafios do mercado de trabalho. Possibilitando uma formação rápida e segura, a Faculdade Anasps disponibiliza de forma gratuita, vários cursos livres, todos online e com certificado. Entre os cursos ofertados, estão enquadrados os seguintes temas:

- Noções do Processo Legislativo;
- Marketing Digital para iniciantes;
- Aplicativos – Revolucionando a vida e os negócios;
- Recepcionista avançado;
- Assistente Administrativo avançado;
- Práticas de Alfabetização;
- Telemarketing;
- Cuidador da Pessoa Idosa;
- Planejamento Escolar;
- Aposentadoria do Servidor da Previdência e muito mais...

Preparatórios para concursos

Que tal se preparar e sair da instituição com um cargo no serviço público? Esse é o sonho de muita gente e com a Faculdade Anasps é possível realizar. Tendo em vista a concorrência mais frequente, quem está em busca de uma aprovação necessariamente deve contar com um apoio especializado.

A maioria dos concurseiros de plantão vão muito bem nas provas, e os principais meios para isso são os cursos preparatórios.

Verifique as disciplinas disponíveis, estude os conteúdos de uma forma completa e se direcione ao objetivo principal: a aprovação.

Inscrições para o vestibular

Fique atento e de olho no site da Faculdade Anasps. Já estão abertas as inscrições para a graduação em Licenciatura em Pedagogia e Tecnólogo em Gestão Pública para o 2º semestre de 2022.

Acesse: www.faculdadeanasps.com.br, clique na página principal em: 'Fazer inscrição', escolha o curso desejado, insira todos os dados solicitados, e logo em seguida clique em 'Enviar e fazer redação' e aperte em 'Enviar'. A Secretaria Acadêmica da Faculdade entrará em contato para finalizar o procedimento.

Vale ressaltar que associados Anasps possuem preços prá lá de especiais. Além disso, a Anasps, mantenedora da Faculdade Anasps apresenta uma novidade de agradar os olhos. A entidade realizará o sorteio de 10 bolsas de estudo por estado, sendo cinco para o curso de Tecnólogo em Gestão Pública e cinco para Licenciatura em Pedagogia. Para concorrer é necessário seguir algumas regras que estão disponíveis no site da Anasps através do endereço: www.anasps.org.br.

Impulsione a sua carreira e carimbe mais conhecimentos de forma rápida e segura, com profissionais que somente a Faculdade Anasps tem. A hora de crescer é agora!

"Aprender, é a chave que abre todas as portas para o mundo".
Egedenny Rodrigues

Quanto você investirá na sua graduação?

A matrícula é **GRATUITA!**

Na Faculdade Anasps você não paga

MENSALIDADE!

É isso mesmo.

Você paga uma

taxa de administração mensal!

Ela serve para arcar com custos como:

- *Remuneração do corpo docente
- *Manutenção da infraestrutura
- *Garantia do suporte ao aluno
- *Materiais necessários ao bom funcionamento do curso

Ganhe 50% DE DESCONTO com Anasps Clube Anasps

*Durante todo o curso

Diferenciais

R$ 99 / por mês

- Nota 4 de 5 no MEC
- Professores com doutorado
- Aulas ao vivo
- Livros digitais
- Metodologia ativa
- Suporte integral
- Orientador Educacional
- Estude onde quiser
- Flexibilidade de horário

Para associados e dependentes

Diferenciais

R$ 198 / por mês

- Nota 4 de 5 no MEC
- Professores com doutorado
- Aulas ao vivo
- Livros digitais
- Metodologia ativa
- Suporte integral
- Orientador Educacional
- Estude onde quiser
- Flexibilidade de horário

Para não associados

Geap e o servidor público

Em 2016, a Geap - Autogestão em Saúde realizou aumento do valor de seus planos de saúde — a porcentagem de 37,55% levou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a interceder na entidade de assistência médica dos servidores públicos federais. Estes, por sua vez, discordaram do aumento.

Em 2017, as mensalidades tiveram aumento de 23,44% e, em 2018, o reajuste foi de 19,94%. Nos anos seguintes, o percentual foi declinando comparado aos anos anteriores, até que chegasse, em 2022, a seu menor valor: 2,26%. Para isso, a operadora investiu na adoção de medidas de economia de custos administrativos como redução e cortes de despesas, monitoramento do desempenho dos funcionários e a busca incessante do equilíbrio financeiro.

Mas qual a garantia de que, nos próximos anos, essa porcentagem de 2,26% se manteria estável? Sobre essa possibilidade, quando procurada para ceder entrevista ao Jornal Anasps, a Geap permaneceu em silêncio.

De acordo com folder disponível no site do Ministério da Saúde, esses reajustes podem ocorrer por três motivos: necessidade de atualização decorrente da alteração dos custos ocorrida a cada período de doze meses; passagem do beneficiário de uma faixa etária para outra e, excepcionalmente, reavaliação do plano. O da Geap diz respeito à alteração anual: o valor cobrado a mais é baseado em cálculo atuarial que mostra a alta de custos médico-hospitalares, expansão do rol mínimo de procedimentos obrigatórios definidos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), além do uso frequente dos planos.

Parte dos servidores está há anos sem receber reajuste salarial: o aumento abusivo do valor investido em convênios de saúde poderia, de fato, comprometer a renda dos trabalhadores e interromper tratamentos de saúde em diversas especialidades. Mesmo com uma porcentagem menor, a Geap, como responsável pela saúde de milhares de brasileiros, precisa manter a qualidade do atendimento e assistência oferecidos.

Atualmente, a fundação sem fins lucrativos conta com mais de 17 mil prestadores para atender seus mais de 300 mil beneficiários que utilizam serviços prestados por clínicas, hospitais, laboratórios, médicos e odontológicos. A cobertura oferecida é ampla: ela envolve assistência ambulatorial e hospitalar, com obstetrícia. Há opções de planos com rol de procedimentos superior ao estabelecido pela ANS, além de planos odontológicos (que possuem isenção da coparticipação em procedimentos preventivos realizados a cada três meses).

Recentemente, novos planos de saúde foram implementados: Geap Basics e Geap Class. Os atendimentos variam entre urgências e emergências, consultas médicas, exames simples, procedimentos e terapias simples. A cobertura envolve estados como Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo. Claro, faltam alguns estados. Ou só temos servidores nos lugares citados?

De qualquer forma, faz-se necessária a fiscalização do serviço prestado pela operadora, além de seus preços, que possuem impacto direto na vida de seus beneficiários.

A Associação Nacional dos Servidores Públicos da Previdência e da Seguridade Social (Anasps) é responsável por defender, em qualquer circunstância, os servidores públicos e seus direitos. Nosso papel é garantir que as injustiças cometidas contra essa classe sejam cessadas, além de certificar que o bem-estar esteja presente em todas as áreas de sua vida.

O que esperar para o servidor em ano eleitoral?

O Servidor Público, seja ele federal, estadual ou municipal, sempre foi visto com maus olhos, mas em quê isso se baseia? Em falta de trabalho? Com certeza não. Em excesso de benefícios? Também não. A "fama" do servidor foi gerada em cima de boatos e da única mínima segurança que o ele tem, improbabilidade de demissão, ou nesse caso, de exoneração. Só que essa visão vem de pessoas que estão, em geral, fora do serviço público, que não conhecem as dificuldades e desafios do servidor. E como dizem, uma mentira contada mil vezes parece ser verdade. O servidor assumiu o papel de patinho feio, e presenciou, de camarote, seus direitos irem pelo ralo, sem qualquer apoio político ou social que pudesse garanti-los.

Mas, 2022 é ano de eleição, e em ano de eleição, a classe rejeitada ganha papel fundamental nas campanhas políticas, estabelecendo - na cabeça dos políticos, pelo menos - um claro papel de troca, no estilo "eu te dou benefícios e reajustes, e você me dá seu voto". Com isso, os patinhos feios ganham status de categoria de ouro e viram alvos de propostas tentadoras e suspeitas. Mas o que o servidor público pode realmente esperar para o ano eleitoral?

Para obter algumas respostas, entrevistamos o analista político Israel Medeiros, confira a entrevista na íntegra:

O que esperar para o servidor público em ano eleitoral?

Depois das promessas do governo de conceder reajustes apenas a carreiras policiais, o que se criou foi uma crise entre outras categorias que se viram injustiçadas por não serem também contempladas com reestruturação de carreiras e reajustes – algumas com salários congelados há anos. A lei eleitoral é clara sobre que tipo de reajustes podem ser dados em ano eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral está atento a quaisquer benefícios concedidos pelo Executivo a fim de conseguir apoio no pleito. Portanto, historicamente falando, apesar de o governo vigente ter a tendência de tentar agradar o máximo de categorias, há uma série de limitações, como, por exemplo, a de conceder reajustes salariais que igualem ou sejam menores que as perdas inflacionárias dos anos anteriores.

Com o prazo de 180 dias para reajuste tendo se esgotado, quais manobras ainda restam aos parlamentares para ganhar o voto do servidor?

Para os parlamentares, o ideal é passar longe de quaisquer temas espinhosos para o setor público. Esse é um modus operandi do parlamento em assuntos que envolvem a sociedade como um todo, não só os servidores. Com o orçamento da União do jeito que está, mesmo que a lei eleitoral permita um reajuste, ele piorará os já graves problemas fiscais que o governo federal tem de contornar. Por exemplo, os 5% de reajuste anunciados para os servidores federais pelo Executivo custarão cerca de R$ 6,3 bi aos cofres públicos, de acordo com o governo. Esse é um impacto significativo, mesmo sem cobrir as perdas inflacionárias. Portanto, atender a todas as demandas dos servidores, a curto prazo, é algo tecnicamente impossível. Para aqueles que visam a reeleição, no entanto, o ideal seria apostar no campo da retórica, deixar claro na campanha o compromisso a defender e a respeitar os interesses dos servi-

Israel Medeiros
Analista Político

dores. Cabe aos servidores públicos fiscalizar o cumprimento dessas promessas e eleger aqueles que os representam melhor.

Você acredita que um reajuste será concedido a ponto de compensar as perdas inflacionárias dos últimos anos?

O governo anunciou um reajuste de 5% para os servidores federais. Ajustes ainda estão sendo feitos com o Ministério da Economia. Esse anúncio desagradou a todos, tanto servidores, que veem a medida como fraca, quanto ao setor econômico do Executivo, que tenta conter gastos. Essa medida, na minha opinião, pode ser o máximo que o governo oferecerá aos servidores este ano, já que está limitado pela lei eleitoral e pelo orçamento. Essa porcentagem pode mudar até junho, a depender das pressões que o governo sofrerá.

Até que ponto tais "promessas" podem ser realmente cumpridas? Ou seja, o que realmente a máquina pública é capaz de colocar em prática e que tipo de propostas são palavras ao vento?

Para evitar que greves tragam graves problemas à administração pública, como vem ocorrendo com a queda de arrecadação com exportações e importações, por exemplo, o governo poderia se comprometer a repor perdas inflacionárias de categorias que são, digamos assim, mais importantes para manter a máquina funcionando. Já que, na maioria dos casos, as reivindicações vão além disso, o governo poderia prometer que, em um eventual segundo mandato, daria prioridade aos outros pedidos. Ou seja: neste momento, os servidores não têm quaisquer garantias de que receberão reajustes acima da inflação nos próximos anos, já que isso não é mais possível em 2022. Mesmo que greves sejam deflagradas, o máximo que se pode conseguir daqui até a eleição são reajustes dentro das perdas inflacionárias. Portanto, o melhor caminho é traçar estratégias desde já para que, seja qual for o presidente da República em 1º de janeiro de 2023, os objetivos sejam perseguidos, sejam no sentido de reestruturação de carreiras, realização de concursos em órgãos com defasagem de pessoal, entre outras coisas.

Porque o servidor público é tão visado pelos parlamentares em época eleitoral mesmo tendo em vista que a proporção de servidores é baixa em relação a força total de trabalho no nosso país?

O Brasil tem um histórico interessante do ponto de vista da separação entre trabalhadores da iniciativa privada e do setor público. Quem lembra do então candidato à presidência, Fernando Collor de Mello, em 1989, se autointitulando "Caçador de Marajás" sabe que a aversão aos servidores públicos não é exatamente uma coisa nova. Do ponto de vista social, isso se justifica porque apesar dos avanços das leis trabalhistas, os trabalhadores do setor privado ainda são, em sua maioria, mal remunerados e têm direitos reduzidos gradativamente. Portanto, é natural que vários setores da sociedade considerem os servidores privilegiados. Essa é uma ideia que já existia entre membros do Parlamento, mas que se fortaleceu após as últimas eleições, quando o liberalismo, que prega a diminuição do Estado, ganhou mais espaço. Quando falamos de parlamentares e até do próprio governo, é muito mais fácil eleger um inimigo, alguém que pode ser culpado pelos altos gastos da administração pública, a fazer uma autoanálise e cortar gastos desnecessários para promover responsabilidade com o dinheiro público.

Medidas tomadas com foco eleitoral podem ser desfeitas pós eleição? Como no caso de uma reeleição malsucedida por exemplo?

Caso o reajuste seja feito por Medida Provisória, como pretende o Executivo, há uma data de validade de 60 dias e é possível prorrogar por mais 60. Se o Congresso não aprovar a MP – tornando-a lei –, a Medida perde a validade e "caduca". Portanto, tecnicamente, é possível dizer que um reajuste poderia ser revertido, mas não acredito que seja essa a intenção do governo. O Executivo tem agido de forma despreocupada com os gastos públicos, a fim de tentar garantir a reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Se ele perder a eleição, pouco importa desfazer medidas que incidem em mais gastos, será um problema a mais para o próximo presidente, que terá mais dificuldades para equilibrar as contas públicas. O que pode ocorrer é, assim como em outras oportunidades, o governo fazer promessas e não cumpri-las. Mas, até agora, o que os líderes sindicais têm me dito é que faltam propostas concretas por parte do governo, então faltam até mesmo promessas de que a situação será resolvida.

Dentro do serviço público, existem categorias mais visadas pelos parlamentares em ano eleitoral? Quais são e por que?

Os servidores que ganham salários acima do teto do setor público – os chamados "supersalários" – costumam ser os mais visados em críticas, especialmente em discursos nas tribunas da Câmara e Senado. Na maioria dos casos, tratam-se de servidores ligados ao Poder Judiciário, como procuradores, juízes, entre outros. A lei estabelece que o teto do funcionalismo público é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é de cerca de R$ 39,2

mil mensais. O que ocorre é que existem servidores que recebem outros benefícios, chamados popularmente de "penduricalhos", como auxílio-moradia, bônus por tempo de serviço, entre outros. É natural que vários parlamentares façam uma defesa apaixonada do fim desses benefícios até pelo fato de vários deles terem rixas com o Judiciário. Portanto, projetos que visam retirar força do Judiciário ou reduzir benefícios costumam ter bastante aceitação em determinados momentos nas casas legislativas, mas frequentemente têm sua articulação derrubada por pressão dos servidores públicos.

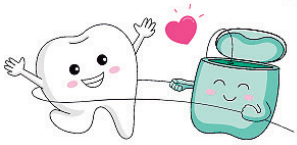
Você acredita que a reforma administrativa será aprovada? Ou sumirá do mapa como forma de campanha?

Mesmo no governo Bolsonaro, a reforma administrativa não teve apoio suficiente para prosperar. Em ano eleitoral, é praticamente impossível de ser aprovada, ninguém quer perder votos dos servidores públicos. Cada voto importa. Esse tema, no entanto, pode continuar tirando o sono dos servidores nos próximos anos. Isso porque, caso o vencedor das eleições de 2022 para a Presidência seja um candidato de esquerda, o Congresso ainda terá uma tendência a aprovar pautas de centro-direita. É nisso que aposta o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), inclusive. Em caso de uma vitória de Bolsonaro ou de outro candidato pró-reformas, o tema tem mais chances de prosperar. O que se viu nos últimos anos, entretanto, é que a reforma administrativa não é uma prioridade dentro do Congresso e as vozes liberais que defenderam ativamente essa solução têm perdido força. Portanto, é correto dizer que, na fotografia atual, a tendência é que as discussões por uma reforma administrativa desapareçam por um tempo.

Mas no fim da história com quem o servidor pode realmente contar, além de si mesmo? Se você não faz parte das classes de supersalários e nem tem amizade intima com políticos, ao que parece as vacas magras continuarão. É isso que resta ao servidor? Uma vida dedicada a um país que nem o reconhece? É esse descaso e descompromisso que nos revolta e por isso, temos uma assessoria ativa nos três poderes, na qual constantemente, levamos a luz dos parlamentares temas que são importantes para o servidor. Esta casa é dirigida por funcionários públicos e com o nosso apoio vocês sempre poderão contar. A Anasps segue lutando com e por você.

Conquiste a segurança de ter um sorriso no rosto com o

Plano Odontológico Hapvida/Anasps



Um sorriso por mais simples que seja, transforma tudo em nossa volta. Ele pode alegrar um coração, restaurar amizades e até cativar as pessoas. O mais importante é que sorrindo, você se sentirá melhor e ainda pode contribuir para um mundo bem mais feliz.

Pensando nisso, a Anasps firmou um convênio com o Plano Dental Hapvida. E o melhor, ele é totalmente gratuito para você, associado! A Hapvida+Odonto está presente no mercado há mais de 20 anos e oferece os melhores serviços para garantir uma saúde bucal de qualidade. Além disso, ainda é garantida toda a tecnologia de ponta disponível para que o diagnóstico e o tratamento sejam os mais assertivos que a ciência permite.

Além dos cuidados com você, a Anasps também oferece o benefício para os seus familiares por apenas R$10 por dependente. Podem ser cadastrados: seu companheiro (cônjuge); filhos naturais ou adotivos até 24 anos incompletos, netos até 24 anos incompletos; enteados também até 24 anos incompletos.

Para verificar se o benefício está disponível, você deve acessar o site www.anasps.org.br, ir até aba 'Saúde' e depois clicar em "Consulte aqui se você faz parte do plano". Na nova página que será aberta, agora é só inserir os dados solicitados.

Caso o benefício ainda não esteja disponível, você deve voltar a acessar a página do plano odontológico e clicar em "clique aqui e preencha a ficha de adesão". Em seguida, você deve preencher todo o formulário e clicar em "inscrever-se agora". Pronto, nossa Central de Atendimento vai entrar em contato com você.

Lembrando que, caso preencha o formulário após o 5° dia útil do mês, o plano só ficará disponível para a utilização no mês seguinte.

Cobertura do Plano

- Diagnóstico: Consultas;
- Urgência: Curativo e Alívio da dor;
- Radiologia: Panorâmica e radiografias simples;
- Prevenção: Profilaxia (limpeza), aplicação de Fluor e orientação de higiene bucal;
- Odontopediatria: Extração de dente de leite, restauração e Canal;
- Dentistica: Restaurações em resina e amálgama (coroa);
- Endodontia (canal): Tratamento e retratamento de canal;
- Periodontia (gengiva): Limpeza e gengivectomia e gengivoplastia;
- Cirurgia: Extração Simples e do terceiro Molar (siso);
- Prótese: Exclusivamente pino, coroa e bloco. (Prótese unitária quando houver a raiz do dente)

O Congresso Nacional em ano eleitoral

O ano legislativo de 2022 começa com senadores e deputados federais de olho nas eleições de 2 de outubro

Historicamente, o trabalho no Congresso Nacional é afetado diretamente pela disputa presidencial, nos estados e também pela própria reeleição dos parlamentares. Praticamente a metade da Câmara dos Deputados está no primeiro mandato e irá, também pela primeira vez, em busca da reeleição.

Já no Senado Federal, dois em cada três senadores estão na metade do mandato de oito anos e, por isso, não disputam reeleição. Alguns estão almejando outros cargos, mas na prática, cerca de dois terços da Casa não irão concorrer nas eleições.

Em ano eleitoral, as matérias discutidas no Congresso Nacional tendem a ter modificações, propostas consideradas "polêmicas" ou impopulares e dão espaço a negociações e liberação de recursos.

Como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, que trata da reforma administrativa. O texto mexe de maneira considerável com os servidores públicos, o que faz com que a matéria perca força política no atual momento.

Com o avançar das vacinas, a pandemia da COVID-19 está perdendo força e, permitindo que aos poucos a vida volte ao normal. No que diz respeito ao Congresso Nacional, as discussões estão a passos lentos.

Com a definição dos presidentes e membros das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, que se deu no final do mês de abril, as votações das matérias, bem como as audiências públicas serão retomadas e de forma presencial, o que facilita nas tratativas com os parlamentares.

Muitos são os temas e as matérias que a Anasps está trabalhando para defender os interesses dos nossos associados. Como por exemplo, o PL 1206/2021, que altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, para estabelecer isenção de contribuição social incidentes sobre proventos de aposentadoria percebidos pelos portadores de doenças previstas em Lei Previdenciária, na forma que especifica, a PEC 56/2014, que assegura proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente em todas as hipóteses e estabelece a revisão dos proventos de aposentadorias por invalidez já concedidas. O PLP 40/2022, que revoga dispositivo da Lei Complementar nº 173, de maio de 2020, para restituir a contagem de período aquisitivo de servidores, vedada pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV2 (COVID19), entre outras matérias.

Vale ressaltar que a entidade elaborou uma exposição de motivos, entregue a todos os parlamentares (deputados e senadores), em um trabalho realizado na base do parlamentar em conjunto com o já desenvolvido no Congresso Nacional. O documento traz as demandas a serem realizadas no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social para sanar os problemas vividos pelos servidores públicos da autarquia, que de certa forma atingem sobremaneira a população brasileira. Lutamos pelo reajuste salarial; pela abertura de concurso público para contratação imediata de servidores para o INSS; também estamos lutando pela reestruturação da Carreira do Seguro Social, pela inclusão da Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado; pela criação da Diretoria do Regime Próprio de Previdência Social, entre outros pontos.

Como resultado desse trabalho, o deputado federal Bira do Pindaré (PSB/MA), apresentou o Requerimento 10/2022, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que convida o Ministro do Trabalho e Previdência para prestar esclarecimentos sobre a greve dos Peritos e Servidores do INSS, que já ultrapassa 30 dias. Os Deputados Túlio Gadelha, Mauro Nazif e Bohn Gass subscreveram o Requerimento.

O deputado Luciano Dulci (PSB/PR), considerou as reivindicações justas e apresentou na Câmara dos Deputados, a indicação 1.338/2022, recomendando ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, tomada de providências referentes à gestão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A pedido da Anasps, o senador Paulo Paim (PT/RS), apresentou na Comissão de Assuntos Sociais, o Requerimento 39/2022, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O INSS e a proteção previdenciária".

Para melhor entendimento dos nossos associados, estamos realizando gravações com parlamentares sobre as matérias em tramitação no Congresso Nacional, que são de interesse do servidor público. Nosso objetivo é fazer com que nossos associados estejam cada vez mais inseridos nas questões que envolvem tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo.

Continuamos representando você associado!

Conheça mais sobre a nossa Assessoria Parlamentar
acesse nosso site www.anasps.org.br
e fique por dentro das ações que protegem você

O dia a dia do brasileiro costuma ser corrido, de muito trabalho, mas também é necessário separar um tempinho e sair com a família, amigos ou até mesmo se divertir sozinho. O importante é descansar os pensamentos e aproveitar o momento de tranquilidade.

Para contribuir com o seu planejamento e melhorar ainda mais o seu momento de lazer, que tal comprar produtos ou serviços e ainda ganhar descontos? Com o Clube Anasps é possível pagar mais barato. São mais de 2850 empresas conveniadas, que vão desde lojas em municípios até multinacionais.

Se quiser aproveitar aquele bolo gostoso logo de manhã e pagar pouco, é só dar uma olhada no site www.clubeanasps.com.br, procurar as empresas que possuem parceria com a Anasps e que estão mais próximas de você, associado.

Agora, caso esteja planejando dar uma repaginada no guarda-roupa, aproveite os convênios com a Renner, Centauro, Netshoes e Olympikus. Cada uma dessas lojas oferece produtos diferentes, o que possibilita montar aquele carrinho de compras maravilhoso, com um preço que cabe no bolso.

Além disso tudo, quem está procurando eletrodomésticos também pode garantir as vantagens. O Clube Anasps disponibiliza descontos de até 40% em itens da Philips, por exemplo. Ainda dá para aproveitar produtos com um preço bacana no ShopClub – Electrolux, Polishop, Canon e até no AliExpress.

Não pense que acabou! Para desfrutar ainda mais do seu lazer em uma viagem, diminuir a burocracia de reservar quartos de hotel, utilize o site Hoteis.com. Assim, o Clube Anasps oferece descontos nesse serviço.

E para assegurar o seu conforto durante a viagem, principalmente se você é o tipo de pessoa que não gosta de avião, a primeira viagem com a Buser saí por 30% do valor. E caso já tenha usado o cupom desse benefício, não precisa se preocupar, tem outros descontos que podem ser aproveitados.

Só fique atento nas regras para cada empresa, a forma de resgatar as vantagens podem variar um pouquinho, mas tudo funciona de maneira simples e rápida.

Para verificar as empresas que estão conveniadas, acesse o nosso site do clube. Na página está disponível todas as informações, orientações, o porcentual de cada um dos descontos e ofertas exclusivas para os associados.

E como dica, fique de olho constantemente na aba "Promoções", nessa área aparece descontos em produtos sem aviso prévio e ficam por tempo limitado.

Em eventual dúvida ou dificuldade em usar o site, disponibilizamos um número de WhatsApp para que seja esclarecida qualquer situação. Entre em contato conosco através do (61) 3322-0210. Associado, será um prazer te responder.

Não deixe a oportunidade passar! Curta cada momento com seus amigos, sua família, e ainda garanta uma boa economia financeira com o Clube Anasps.

Exposição de motivos da Anasps solicitando apoio de parlamentares em defesa dos servidores do INSS

A Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social, atuando em defesa da previdência social e dos 50.000 associados, servidores previdenciários, com sede própria em Brasília e Diretorias Estaduais em todas as Unidades da Federação, dirige-se respeitosamente a Vossa Excelência solicitando apoio e colaboração nas negociações junto ao Ministério da Economia, para viabilizar as soluções pleiteadas, de modo a favorecer a correção das disfunções que estão destruindo a capacidade de trabalho e a gestão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, autarquia federal prestadora de serviços da Previdência Social, ou seja:

1. Abertura de concurso público para contratação imediata de servidores da Carreira do Seguro Social do INSS, suprindo a radical escassez de pessoal devido a redução de 14.133 servidores do quantitativo total de 36.453 servidores existentes em dezembro de 2016. Que provoca uma exagerada diminuição de 50% da força-de-trabalho ao contabilizarmos o alto índice de afastamento por licença médica dos servidores ativos sobreviventes, devido a crescente sobrecarga de trabalho pela absorção de novas atribuições e a pressão institucional para alcance de metas cada vez mais abusivas. A reposição de servidores terá como consequência a desejada saúde e qualidade de vida no trabalho e o pleno atendimento das demandas de concessão de benefícios da Previdência Social, viabilizando a regularização do represamento de 1,82 milhões de pedidos de benefícios, dos quais 1,3 milhões com espera acima de 45 dias dos benefícios.

2. Reestruturação da Carreira do Seguro Social do INSS, de que trata a Lei nº 10.855/2004, com a transformação em carreira típica de Estado, em função da sua importância social, com a mudança nos perfis dos cargos de nível superior e de nível intermediário devido ao aumento da complexidade das tarefas, a partir da introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com o atendimento virtual do Meu INSS, bem como, o acumulo das atribuições inerentes a concessão de benefícios do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS no INSS, e ainda a execução dos serviços de suporte e apoio inerentes as atividades da Secretaria de Perícia Médica Federal do Ministério do Trabalho e Previdência.

3. A derrubada do Veto 11/2022, aplicado pelo Governo Federal ao Orçamento da União, que ocasionou o corte de R$ 988 milhões da Previdência Social, ou seja, quase R$ 1 bilhão que representa cerca de 41% das verbas indispensáveis à manutenção das atividades administrativas; o suprimento de computadores, equipamentos, materiais, limpeza, vigilância, bem como, a melhoria das condições de funcionamento da infraestrutura física de atendimento das Agências da Previdência Social do INSS. A crueldade deste corte orçamentário destrói de vez a capacidade de honrar pagamentos pela administração do INSS, prejudicando ainda mais o atendimento aos segurados trabalhadores e pensionistas e os requerentes de benefícios assistenciais, cuja grande parte são idosos ou deficientes.

4. Aumento da capacidade da Internet (1MB na maioria das unidades de atendimento) e o aprimoramento e integração dos sistemas informatizados para garantir a melhoria da qualidade do atendimento e uma rápida, efetiva e segura concessão dos benefícios previdenciários e assistenciais no INSS, como autarquia federal responsável pela prestação dos serviços de benefícios da Previdência Social para a sociedade brasileira.

5. Reestruturação do INSS, com a criação da Diretoria do Regime Próprio de Previdência Social-RPPS da União, alterando a estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº1.995 de 14 de março de 2022, para garantir a efetiva execução das atividades já realizadas pelos servidores da Carreira do Seguro Social, na Central de Concessão de Benefícios do RPPS dentro do INSS (Portaria nº1.192/2020 e Decreto nº10.620/2021), e o pleno funcionamento do INSS como autarquia federal responsável pela prestação de serviços de benefícios de Previdência Social, nos termos do disposto § 20 artigo 40 da Constituição e do estabelecido pelo PLP nº 189/2021 em tramitação no Congresso Nacional. É que na modelagem da estrutura organizacional recém-aprovada pelo Decreto nº10.995/2022, o RPPS ficou definido numa única competência dentro da Diretoria de Gestão de Pessoas, nos termos do Item V do artigo 10, ou seja :"V

- coordenar, normatizar e supervisionar, em conformidade com as políticas estabelecidas pelo regime próprio de previdência social da União, a execução das atividades de reconhecimento de direitos, de manutenção e de pagamentos dos benefícios de aposentadorias dos servidores públicos das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo federal, e de pensões por morte aos seus dependentes".

6. A aprovação do PL189/2021, em tramitação no Congresso Nacional desde setembro de 2021, através da Exposição de Motivos n°0004/2021, assinado conjuntamente pelo então Ministro do Trabalho e Previdência -Onyx Lorenzoni e o Ministro da Economia- Paulo Roberto Nunes Guedes-, que dispõe sobre a estruturação e funcionamento do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, como entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social da União, nos termos do § 20 do art. 40 da Constituição Federal, aprovado e enviado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, através da Mensagem n° 58, de 10 de novembro de 2021.

7. Reajuste de 19,9% para repor as perdas salariais de mais de cinco anos dos servidores da Carreira do Seguro Social do INSS, que desde 2016 vem corroendo o poder de compra, gerando endividamento e insegurança, atualmente com valores de vencimentos básicos inferiores ao salário-mínimo, sem gratificação ou adicional de incentivo a qualificação nem perspectivas de crescimento, estando os servidores escravizados e desvalorizados numa estrutura remuneratória desestimulante com a pior remuneração dentre as autarquias federais.

8. Atuação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para verificação da inconstitucionalidade do corte orçamentário de quase R$1bilhão da Previdência Social, tendo como base autos da ADF n° 939 e o descumprindo o acordo celebrado em 2020 no Julgamento do Recurso Extraordinário n°1171.152, que determina o prazo de 90 dias para conclusão da análise de requerimento de benefícios pelo INSS, uma vez que impossibilita o funcionamento desta autarquia federal e ameaça o atendimento de 35 milhões de beneficiários e de 60 milhões de cidadãos brasileiros contribuintes da Previdência Social

Nesse cenário, o movimento grevista dos servidores foi deflagrado com o intuito de defesa da Previdência Social, na busca de socorro emergencial. Agregando cada vez mais aliados para conseguirmos o atendimento das demandas acima mencionadas, indispensáveis à sobrevivência do INSS, como autarquia federal que já exibe quase dois milhões de pedidos de concessão de benefícios represados. A Previdência Social do Brasil é do trabalhador, fruto da sua contribuição financeira mensal e da luta na esperança de garantir a sua dignidade e da sua família no caso de perda da capacidade laborativa, que infelizmente após 99 anos da promulgação da Lei Eloy Chaves, marco da sua existência, estão tentando dar um golpe fatal para destruir.

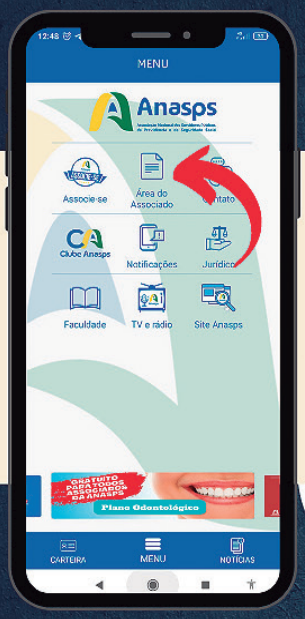
As últimas Reformas da Previdência já reduziram sobremaneira os valores dos benefícios e aumentaram o tempo de contribuição, e mesmo assim reiteradamente surgem os defensores do regime de capitalização individual para favorecer bancos e instituições financeiras, querendo acabar com a Previdência Social. A defesa do modelo de Estado Mínimo neoliberal radical, com interesses privatizantes é comprovadamente inconsistente, inadequado e desumano num país desigual e com bolsões de extrema pobreza como o Brasil. Daí que, só nos resta relembrar o caráter contributivo e a importância social da previdência e clamar por apoio aos formadores de opinião e aos eleitos pelo povo no Congresso Nacional, tornando público o descaso com a prestação de serviços e com os servidores da Carreira do Seguro Social e, por fim o aprofundamento da precarização do atendimento com o corte do orçamento, que acelera o processo de desmonte e destruição do INSS, num golpe fatal, cruel e desumano, para justificar a privatização e terceirização do atendimento do INSS, autarquia federal responsável pela prestação de serviços públicos de benefícios da Previdência Social.

Certos de contar com a colaboração e apoio de Vossa Excelência, agradecemos antecipadamente buscando unir esforços na defesa de uma Previdência Social digna e justa, patrimônio do trabalhador brasileiro, com a renovada esperança diante da recente nomeação do Ministro do Trabalho e Previdência- José Carlos Oliveira – e o Presidente do INSS- Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano-, ambos servidores da Carreira do Seguro Social, motivo pelo qual nos sentimos fortalecidos para sair da crise procurando novas oportunidades, convocando toda a sociedade para juntos evitarmos o caos social resultante da deliberada destruição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

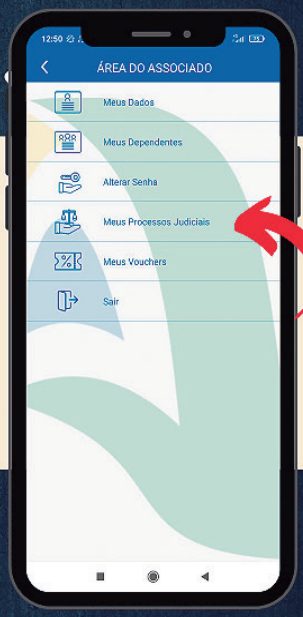
Verônica Maria Monteiro Rocha
Vice-Presidente da Anasps

Como acessar suas ações via aplicativo

Anasps



Acesse o seu aplicativo Anasps e clique em "Área do Associado".



Após realizar o seu login, clique em "Meus Processos Judiciais".

Pronto! Estão aí todos os processos que a Anasps está cuidando para você.

Em caso de dúvidas ligue

(61)3321-5651

PROCESSOS GANHOS E EM FASE DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS

GDASS

✓ **Ação Coletiva n. 0012866-79.2008.4.01.3400 (GDASS/2008)**

Percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), instituída pela Lei n. 10.855/2004, pelos filiados à ANASPS aposentados e pensionistas com direito à **paridade constitucional**.

Andamentos recentes: A ANASPS iniciou o recolhimento dos documentos para viabilizar a apuração dos valores eventualmente devidos aos filiados que podem se beneficiar desse processo. Além disso, foi formulado um requerimento perante o juiz da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, a fim de que o INSS seja intimado para apresentar as fichas financeiras dos beneficiários.

Portanto, as providências a serem tomadas no momento consistem, inicialmente, em enviar os seguintes documentos para a Anasps: **a)** Procuração (Com reconhecimento de firma em cartório ou com assinatura eletrônica); **b)** Cópia dos documentos pessoais (Ex: RG, CPF, CNH...); **c)** Fichas financeiras ou contracheques referentes ao período de dezembro de 2003 a novembro de 2009.

✓ **Mandado de Segurança Coletivo n. 0024679-40.2007.4.01.3400 (GDASS/2007)**

Percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), instituída pela Lei n. 10.855/2004, pelos filiados à ANASPS **cedidos a outros órgãos**.

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação dos beneficiários do título e consequente recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos. Os associados abrangidos por esse título podem encaminhar as fichas financeiras ou contracheques a partir de julho de 2007 (data do protocolo do Mandado de Segurança Coletivo) até novembro de 2009 (data da publicação do primeiro ciclo de avaliações da GDASS, conforme Portaria INSS DIRBEN n. 29/2009), a fim de que seja possível antecipar a análise contábil.

✓ **Ação Coletiva n. 0023610-31.2011.4.01.3400 (GDASS/2011)**

Percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), instituída pela Lei n. 10.855/2004, pelos filiados à ANASPS que estiveram em gozo de **licenças ou outros afastamentos** instituídos pelo art. 102 da Lei 8.112/90, considerados como efetivo exercício.

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação dos beneficiários do título e recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos. Os associados abrangidos por esse título podem encaminhar as fichas financeiras ou contracheques a partir de abril de 2006 até a data do primeiro ciclo de avaliação após o retorno do afastamento legal, a fim de aferir se o período em licença foi computado para fins de avaliação e recebimento da GDASS em sua integralidade.

ANUÊNIOS

✓ **ANUÊNIOS 2ª AÇÃO**

- **AÇÃO COLETIVA N. 0023984-04.1998.4.01.3400 (Anuênios/1998)**

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos. É importante frisar que houve o reconhecimento administrativo do direito que é objeto desse processo, de modo que, para a maioria dos servidores do INSS, não há valores remanescentes para serem pagos. Isso porque, entre 1999 e 2003, o INSS efetuou a correção dos anuênios nos contracheques.

3,17% INSS

✓ **DIFERENÇA SALARIAL DE 3,17% INSS**

- **AÇÃO COLETIVA N. 0028490-67.2000.4.04.0000 (2000.01.00.038186-8)**

Matéria: Reajuste de **3,17%** para os filiados vinculados ao **INSS**.

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação dos beneficiários do título e consequente recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos. Os associados abrangidos por esse título podem encaminhar as fichas financeiras ou contracheques de janeiro de 1995 a janeiro de 2002, a fim de que seja possível antecipar a análise contábil e em breve enviaremos para todos os integrantes o modelo de procuração a ser encaminhado para a execução processual.

GDASST

✓ **GDASST**

- **Ação Coletiva n. 0009675-94.2006.4.01.3400**

Pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho (GDASST) aos servidores aposentados e pensionistas filiados à ANASPS nos mesmos valores recebidos pelos servidores em atividade.

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação dos beneficiários do título e consequente recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos. Destaca-se que foram iniciadas as tratativas para tentativa de acordo diretamente com a União Federal para acelerar os pagamentos. É importante ressaltar que, entre 2002 e 2008, essa gratificação era devida somente aos servidores vinculados a outros órgãos. Isto é, servidores do INSS não fazem parte desse processo.

GDAJ

✓ **GDAJ**

- **Mandado de Segurança n. 0036482-54.2006.4.01.3400 (GDAJ/2006)**

Devolução de valores recebidos de boa-fé, a título de Gratificação por Desempenho de Atividade Jurídica (GDAJ), por Procuradores

Federais cedidos, filiados à ANASPS.
Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação de eventuais beneficiários do título. Importante destacar que a demanda foi limitada à prevenção de possíveis descontos voltados à restituição de valores percebidos por determinados filiados. A princípio, não resta obrigação de fazer ou de pagar. Todavia, caso seja identificada alguma lesão remuneratória por algum associado, deve ser enviada a ficha financeira do período para análise.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL

✓ **CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE 1/3 DE FÉRIAS**

- **Mandado de Segurança n. 2007.34.035119-2 (0034974-39.2007.4.01.3400)**

Matéria: Não incidência de contribuição previdenciária sobre o terço de férias.
Andamentos recentes: A ANASPS, em representação do direito e interesse de seus associados, obteve sucesso no julgamento que reconheceu a não incidência da contribuição previdenciária (PSS) sobre o Adicional de férias (terço constitucional).
O mandado de segurança transitou em julgado em 2021, quando a ANASPS iniciou tratativa direta com a União para a realização de acordo com objetivo de tornar mais rápida a satisfação do crédito do Associado. Além disso, a ANASPS realizará todas as medidas judiciais e administrativas necessárias o pagamento das parcelas atrasadas.
Requisitos Ter incidido em seu contracheque contribuição previdenciária sobre o terço de férias no período total de 2002 a 2012 ou parcial dentro do mencionado período; Não ter recebido administrativamente ou judicialmente pagamentos sobre o objeto da ação; Não existir ação individual ou coletiva com o mesmo objeto em tramitação, pois configura litispendência.
Período 2002 a 2012

PROCESSOS GANHOS E COM EXECUÇÃO EM ANDAMENTO

28,86%

✓ **4ª e 3ª AÇÃO 28,86% (AÇÃO COLETIVA n. 0022794-40.1997.4.01.3400)**

Andamentos recentes: Foram formados mais de 200 (duzentos) grupos para executar os valores devidos.
Há grupos nos quais foram homologados/confirmados os critérios de cálculo apresentados pelo INSS e outros nos quais a Autarquia alegou suposta ilegitimidade dos beneficiários.
Os grupos com valores homologados se encontram em etapa de expedição dos precatórios ou das Requisições de Pequeno Valor (RPV). Inclusive, houve valores depositados em 2021 que aguardam, tão somente, um despacho da juíza da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF com a autorização para o saque.
Em relação aos grupos nos quais se discute a legitimidade dos beneficiários, a ANASPS tem obtido êxito nos julgamentos de segunda instância (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). O INSS, por sua vez, tenta reverter os julgamentos favoráveis aos filiados, mediante a apresentação de recursos para o Superior Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal.

✓ **6ª AÇÃO COLETIVA (AÇÃO COLETIVA N. 1999.34.00.034076-7 / nº 0034024-11.1999.4.01.3400)**

Andamentos recentes: A 6ª Ação dos 28,86% está na fase de cumprimento de sentença. Considerando-se a interposição de Recurso pelo INSS, o Juízo da Execução suspendeu o processo principal e todos os cumprimentos de sentença até o término da discussão do recurso. De toda forma, a ANASPS está atuando para que a tramitação dos cumprimentos seja realizada imediatamente, independente do julgamento dos recursos. Por fim, comunica-se que está sendo realizada a última convocação dos sócios que ainda não encaminharam a documentação, com a finalidade de que sejam distribuídos os últimos cumprimentos de sentença. Então, aqueles sócios que constam na lista remanescente devem encaminhar urgentemente os documentos informados no site da Anasps.

ANUÊNIOS

✓ **ANUÊNIOS 1ª AÇÃO**

Contagem do tempo de serviço anterior à Lei 8.112/1990 para os servidores regidos pelo regime celetista para todos os efeitos funcionais cabíveis, em especial para a concessão dos anuênios (adicional por tempo de serviço).

- **AÇÃO COLETIVA N. 0013777-48.1995.4.01.3400 (Anuênios/1995)**

Andamentos recentes: A ANASPS analisou as fichas financeiras encaminhadas e, para as pessoas que não tiveram a correção dos anuênios efetuada administrativamente pelo INSS entre 1999 e 2003, foram apurados os valores devidos.
Com base no parecer com cálculos, foram formados grupos para a execução do montante devido. Esses grupos tramitam perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF e aguardam providências do tribunal.

QUINQUÊNIO e BIENAL

✓ **QUINQUÊNIO e BIENAL**

Matéria: Retirada indevida das rubricas quinquênio e bienal (AO 7003268-Quinquênio AT; AO ni-215/84 a VF/DF – BIENAL; AO 5957599 9 VF/RJ – BIENAL) dos contracheques dos associados.

Andamentos recentes: Foram formados 3 (três) grupos para executar os valores devidos. Atualmente, esses processos aguardam manifestações do juiz da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF sobre os critérios de cálculo.

GDAT

- ✓ **GDAT**

- **MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO N. 1999.34.00.025802-1 (0025763-57.1999.4.01.3400)**

Matéria: Extensão da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária) aos auditores fiscais aposentados e pensionistas.
Andamentos recentes: Considerando os vários cumprimentos de sentença distribuídos, destaca-se que está sendo sanado as questões processuais apresentadas pelo INSS, com a finalidade da regularização para possível expedição de precatório.
Foram distribuídos 43 Cumprimentos de Sentença, que estão em tramitação com constantes andamentos. Alguns já estão na iminência de homologação de cálculos. Outros estão aguardando sanar questões processuais.

3,17% MPS

- ✓ **MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO N. 0035324-66.2003.4.01.3400**

Matéria: Reajuste de 3,17% para os filiados vinculados ao MPS.
Andamentos recentes: O cumprimento de sentença se encaminha para o encerramento do processo, com os devidos pagamentos faltantes. O juiz da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF determinou a expedição das requisições de pagamento em favor dos exequentes remanescentes. Considerando que a maioria dos valores pode ser paga por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), cujo limite é de 60 salários mínimos, é possível que os depósitos sejam efetuados ainda em 2022.

PROCESSOS GANHOS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

AUXILIO CRECHE

- ✓ **AFASTAR O CUSTEIO PARCIAL DE ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR.** Declaração de ilegalidade do regime coparticipativo de custeio do auxílio pré-escolar, abstenção de descontos a esse título nos contracheques dos servidores e devolução de valores eventualmente já descontados.

- **AÇÃO COLETIVA Nº 0060721-73.2016.4.01.3400 (PJe)**

Andamentos recentes: GANHAMOS a liminar para suspender os descontos. Aguarda-se o julgamento de recurso do INSS.

- **AÇÃO COLETIVA Nº 1014475-94.2019.4.01.3400 (PJe)**

Andamentos recentes: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. A União e o INSS interpuseram recurso, pendentes de julgamento.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

- ✓ **PROGRESSÃO FUNCIONAL**

Matéria: Concessão de progressão/promoção funcional desde a data de ingresso no cargo no interstício de 12 (doze) meses, e não em data fixa, até a edição da regulamentação da Lei n. 10.855/2004.

- **AÇÃO COLETIVA Nº 0092613-68.2014.4.01.3400 (PJe)**
- **AÇÃO COLETIVA Nº 0065244-65.2015.4.01.3400 (PJe)**
- **AÇÃO COLETIVA Nº 0076354-27.2016.4.01.3400 (PJe)**
- **AÇÃO COLETIVA Nº 1014470-72.2019.4.01.3400 (PJe)**

Andamentos recentes: Em sentença, os pedidos foram julgados procedentes. O INSS interpôs apelação. Aguarda-se o julgamento de recurso.

GDAPMP

- ✓ **GDAPMP**

Matéria: Pagamento da GDAPMP aos aposentados e aos pensionistas, com direito à paridade e integralidade, nos mesmos valores percebidos pelos servidores em atividade (80 pontos) até a data de homologação dos resultados da primeira avaliação de desempenho (31/03/2014).

- **AÇÃO COLETIVA Nº 0036287-20.2016.4.01.3400 (PJe)**

Andamentos recentes: Em sentença, o pedido foi julgado procedente. O INSS interpôs apelação.

ABONO DE PERMANÊNCIA

- ✓ **ABONO DE PERMANÊNCIA**

Matéria: Reconhecimento do direito dos associados ao abono de permanência desde a data em que preencherem os requisitos para aposentadoria

- **AÇÃO COLETIVA n. 0030964-34.2016.4.01.3400 – INSS**

Andamentos recentes: Foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido para determinar que o INSS realize o pagamento do abono de permanência desde a data em que o servidor implemente os requisitos para a aposentadoria voluntária, independente de declaração expressa, desde que haja prévio requerimento administrativo, ressalvando-se, contudo, que os efeitos financeiros retroajam à data da implementação dos requisitos. Pendente de julgamento o recurso de apelação do INSS.

- **AÇÃO COLETIVA n. 1028615-70.2018.4.01.3400 - UNIÃO**

Andamentos recentes: Foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido para determinar que a União realize o pagamento do abono de permanência desde a data em que o servidor implemente os requisitos para a aposentadoria voluntária,

observada a prescrição quinquenal. Pendente de julgamento o recurso de apelação do INSS.

ÊXITOS FINALIZADOS RECENTEMENTE

QUINTOS/DÉCIMOS

✓ **QUINTOS/DÉCIMOS**

- **Mandado de Segurança n. 0019485-35.2002.4.01.3400**

Matéria: Percepção de parcelas incorporadas de quintos/décimos, incorporados aos vencimentos dos associados, com base no padrão remuneratório trazido pela Medida Provisória n. 2.048-28/2000.

OPÇÃO DAS

✓ **OPÇÃO DAS**

- **AÇÃO COLETIVA N. 2008.34.00.023740-1 (CNJ n. 0023643-26.2008.4.01.3400),**

Ação objetivando suspender os descontos dos valores pagos indevidamente a título de retribuição pelo exercício de cargo comissionado (opção pelo recebimento da remuneração do cargo efetivo, acrescida de 60% do cargo em comissão) e caso os descontos já tenham sido efetuados, que sejam devolvidos os valores descontados, acrescidos de juros e correção monetária.

Andamentos recentes: Após longa tramitação perante a 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concluímos de forma exitosa, aos filiados à ANASPS, de acordo com os seguintes termos: (i) a suspensão dos descontos dos valores de Opção DAS pagos a maior entre junho e dezembro de 2007, bem como (ii) o ressarcimento dos valores eventualmente descontados. A decisão favorável obtida pela ANASPS foi confirmada em sentença e, posteriormente, em julgamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

GDAJ

- **Ação Coletiva n. 0005642-03.2002.4.01.3400 (GDAJ/2002)**

Matéria: Percepção da Gratificação por Desempenho de Atividade Jurídica (GDAJ) pelos Procuradores Federais aposentados e pensionistas, filiados à ANASPS, com direito à paridade constitucional.

Andamentos recentes: Está em curso a etapa de identificação dos beneficiários do título e consequente recolhimento dos documentos necessários para a apuração de valores eventualmente devidos.

Os associados abrangidos por esse título podem encaminhar as fichas financeiras ou contracheques de junho de 2000 até a correção do pagamento da gratificação em contracheque dos beneficiários, a fim de que seja possível antecipar a análise contábil.

Vale destacar, entretanto, que o título executivo estabelece que a percepção da GDAJ implica a exclusão das verbas inacumuláveis previstas no art. 45 da Medida Provisória n. 2.048-26/2000, de modo que essa limitação pode ocasionar a necessidade de renúncia de outras verbas percebidas pelos associados, não cumulativas com a GDAJ.

PRINCIPAIS PROCESSOS EM CURSO

Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7.064/DF

Deferimento do ingresso da ANASPS, na qualidade de amicus curiae, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7.064/DF, que versa sobre a constitucionalidade das alterações promovidas pelas ECs n. 113/2021 e 114/2021, editadas para estabelecer **nova sistemática de pagamento de precatórios.**

No dia 13 de janeiro de 2022, o Conselho Federal da OAB, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a CSPB e a CSPM propuseram a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7.064/DF, sob a Relatoria da Ministra Rosa Weber, com o escopo de impugnar as ECs n. 113/2021 e 114/2021, que alteraram substancialmente o regime de precatórios.

DESVIO DE FUNÇÃO

- **Ação Coletiva n. 0007016-73.2010.4.01.3400**

Matéria: Reconhecimento de desvio de função

Andamentos recentes: Foi proferida sentença de extinção sem resolução de mérito, fundamentando de que não caberia ação coletiva para direitos individuais. Pendente de julgamento de apelação.

LICENÇA CAPACITAÇÃO

- **Ação Coletiva n. 1025658-96.2018.4.01.3400**

Matéria: Ilegalidade da interpretação ao art. 87 da Lei n.º 8.112/90, para a concessão de licença capacitação.

Andamentos recentes: Foi proferida sentença desfavorável, fundamentando de que não caberia ação coletiva para direitos individuais. Pendente de julgamento de apelação.

EXERCÍCIOS ANTERIORES

- **Ação Coletiva n.** 0045497-95.2016.4.01.3400 – INSS
- **Ação Coletiva n** 0005356-34.2016.4.01.3400 - União

Matéria: Cobrança dos exercícios anteriores, objetivando a condenação ao pagamento dos exercícios anteriores ainda não pagos.

Andamentos recentes: Foi proferida sentença de extinção sem resolução do mérito no processo do INSS, sob o fundamento de que não caberia ação coletiva para discutir verbas pecuniárias individuais. Pendente de julgamento o recurso de apelação da ANASPS.

No processo da União, foi proferida sentença favorável condenando a União ao pagamento das quantias devidas a título de exercícios anteriores. Pendente de julgamento o recurso de apelação da União.

Saiba o que acontece no Congresso

Confira as últimas proposições apresentadas pelo Congresso Nacional.

PL restaura benefícios de tempo de serviço para servidores durante pandemia

Para reduzir restrições impostas aos servidores públicos em função do enfrentamento à covid-19, um projeto de lei em tramitação no Senado prevê alterações na Lei Complementar 173, de 2020, de forma a permitir que benefícios associados ao tempo de serviço exercido entre 27 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 sejam incorporados aos vencimentos.

O PLP 4/2022, de autoria do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), propõe que o tempo de serviço entre a publicação da Lei Complementar 173 (de 27 de maio de 2020) e 31 de dezembro de 2021 volte a ser computado para todos os servidores.

PL reduz contribuição previdenciária de militares que foram para inatividade até 2019

Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3869/21 de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM) que garante a militares inativos de estados e do Distrito Federal e a seus pensionistas o direito de pagar contribuição previdenciária apenas sobre o valor da remuneração que superar o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – hoje, R$ 7.087,22.

A proposta estabelece ainda que, quando o beneficiário possuir doença incapacitante, a contribuição incidirá apenas sobre o montante que ultrapassar o dobro do teto do RGPS – hoje, R$ 14.174,44. Segundo o texto, as alterações se aplicam a militares inativos e a pensionistas que já haviam conquistado, em 31 de dezembro de 2019, direito à aposentadoria ou à pensão.

PL altera competências da justiça em causa contra a Previdência

Está em análise da Câmara dos Deputados, o projeto de Lei que determina que quando a comarca (área em que um juiz desempenha sua jurisdição) não for sede de Vara Federal, poderão ser processadas e julgadas na Justiça estadual as causas em que forem partes a Previdência Social e o segurado e que se referirem a benefícios de natureza pecuniária. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

PL permite redução de tarifa em caso de má prestação de serviço público

Tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3364/21 determina que o contrato de concessão de serviços públicos poderá ter cláusula prevendo a redução das tarifas quando constatado que a concessionária não cumpriu suas obrigações contratuais ou comprovada a má prestação do serviço.

O texto é de autoria do deputado Gurgel (PSL-RJ) e altera a Lei de Concessões. O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa do Consumidor; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

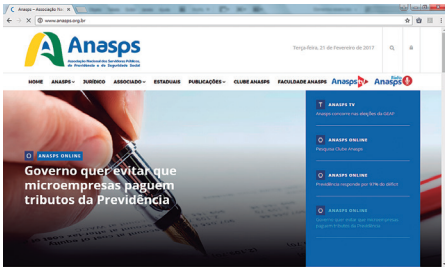
PL permite redução de tarifa em caso de má prestação de serviço público

PL determina desconexão do trabalhador e do funcionário público após a jornada diária de trabalho

De autoria do deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ), o projeto de lei 4567/2021, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para instituir o direito à desconexão do trabalhador e do funcionário público, para regular o uso de ferramentas digitais após a jornada diária e após os dias úteis.

Boas Notícias

Nota pública contra o retorno dos servidores do INSS ao trabalho presencial



A Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e Seguridade Social (Anasps), entidade que há 29 anos tem como bandeira a defesa do funcionalismo público e em especial os servidores da Previdência Social vem por meio desta nota pública, manifestar a nossa perplexidade quanto à Portaria n.º 982 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 2 de março de 2022, que trata do retorno presencial dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para atendimento ao público no âmbito das Agências da Previdência Social espalhadas pelo país.

Não somos contra o retorno do trabalho presencial diante da importância dos serviços públicos do INSS para a sociedade brasileira, apenas repudiamos veementemente a forma como a atitude foi adotada, que determina o retorno às atividades dos servidores dessa instituição em plena pandemia, sem a mínima garantia de condições de infraestrutura física, sanitárias e segurança para funcionamento das Agências da Previdência Social, uma vez que as mesmas foram fechadas pelo elevado adoecimento e falecimento dos servidores da Carreira do Seguro Social, contaminados pela Covid-19, e ainda a escassez de condições mínimas de preservação da saúde, materiais e pessoal para o atendimento.

Prova de vida do INSS poderá ser feita em casa

Rádio Anasps

O governo federal anunciou o fim da exigência de prova de vida presencial para aposentados, pensionistas e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A prova passará a ser feita de forma digital, via cruzamento de dados de bases dos governos federal, estadual e municipal.

O novo procedimento visa beneficiar cerca de 36 milhões de aposentados e pensionistas.

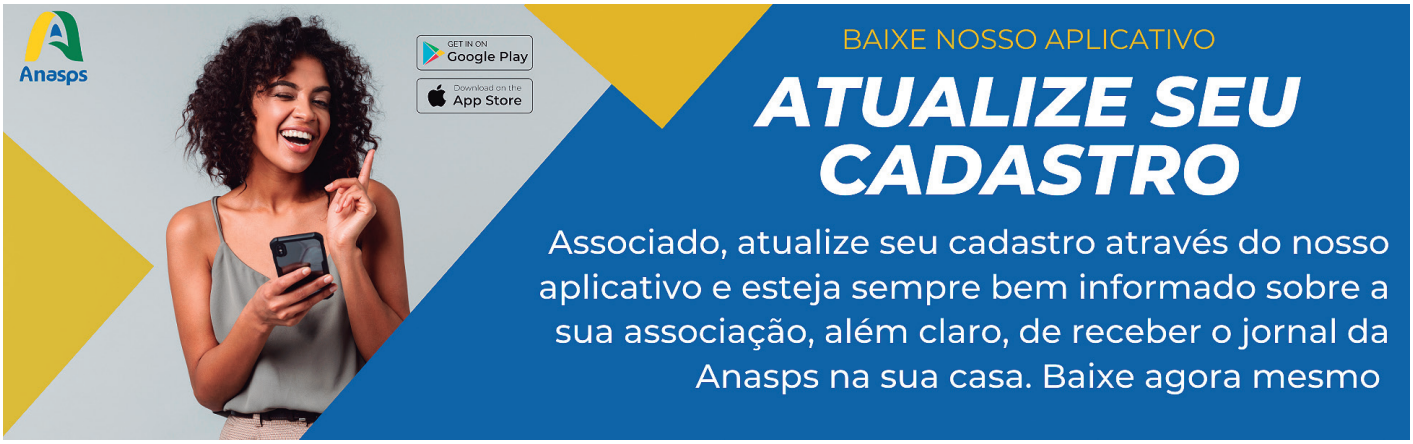
Conheça a guia de vídeos interativos no site Anasps

A Anasps atenta às necessidades de seus associados, lançou em seu site uma página denominada 'Guias Interativos'. Com um layout moderno e atrativo, a nova aba traz novidades para facilitar o dia a dia.

Agora, você, associado (a), consegue acessar em qualquer lugar que estiver, vídeos explicativos sobre os benefícios da associação.

Confira o que preparamos exclusivamente para você. Na nova página é possível ter acesso a informações como: atualização de dados, como baixar segunda via dos boletos; como incluir dependentes no Clube Anasps e buscar empresas parceiras; como verificar suas ações judiciais através do app Anasps, além de detalhes de como baixar a carteirinha. É possível ainda saber mais sobre o plano odontológico gratuito para associados, como utilizar os cursos livres da Faculdade Anasps, e fazer inscrições para os vestibulares.

É por você associado (a), que seguiremos inovando e buscando novidades.



CAMPANHA DO

agasalho

Aqueça o inverno de quem mais precisa!

Faculdade Anasps

O **ponto de arrecadação** será em cada sede estadual da Anasps.

Se você está **aquecido** neste inverno, **compartilhe** este calor em forma de **doação**. Partilhar é um ato de **amor!**

VOCÊ É O TIPO CERTO DE ALGUÉM

Doe sangue, salve vidas!

Anasps

Anasps apoia essa campanha